



**Trabalho de Conclusão de Curso**  
**Curso de Relações Internacionais**  
**TCC em Formato de Artigo Científico Conforme Definido Pelo Regulamento de TCC**  
**Projeto Pedagógico de Curso do Curso de Relações Internacionais em Cumprimento das**  
**DCNs do Curso de Relações Internacionais (MEC/CNE)**

**Título do Trabalho: A resistência civil em Cherán: uma análise da apropriação comunitária da segurança ao governo autônomo**

Nome do(a) Estudante: **Rafaela Martins Berçot**

Nome do(a) Orientador(a): **Fábio Luis Barbosa dos Santos**

Ano de Depósito: **2021**

## **RESUMO**

Este artigo apresenta como objetivo principal analisar o movimento de resistência da comunidade Purépecha de Cherán, em Michoacán, México, frente ao estado de insegurança da região. Para tanto, pretende-se compreender quais foram os fatores que contribuíram para o aumento da violência no estado de Michoacán e os seus reflexos em Cherán e, então, examinar as respostas civis da comunidade através da apropriação comunitária da defesa e segurança e do uso do direito, assim como expor as alterações sócio-políticas locais sucedidas a partir de então. A pesquisa estrutura-se sobre duas hipóteses: a primeira é de que o grupo de autodefesa indígena em Cherán surge como uma resposta da comunidade ao aumento da violência material e imaterial na região, que decorre da diversificação das atividades do narcotráfico, haja vista o seu processo de transnacionalização. Já a segunda sustenta que o trânsito das estratégias do movimento comunal entre o âmbito ilegal e legal contribuiu para a instauração de uma nova ordem local, expressa no governo autônomo. Optou-se por adotar uma abordagem qualitativa, cuja metodologia científica consiste em um estudo de caso, pautado na revisão bibliográfica tanto de fontes primárias, quanto secundárias.

**PALAVRAS-CHAVE:** Cherán; México; Narcotráfico; Violência; Autodefesa; Resistência; Governo Autônomo.

### **ABSTRACT**

This article presents as its main objective analyze the resistance movement of the Purépecha' community of Cherán, in Michoacán, Mexico, against the insecurity condition in the region. Therefore, it is intended to understand what were the factors that contributed to the increase of violence in the state of Michoacán and its effects in Cherán and then examine the civil responses of the community through the community appropriation of the defense and security and the use of the law, as well as expose the local socio-political changes that have taken place since then. The research is based on two hypotheses: the first is that the indigenous self-defense group in Cherán emerges as a community response to the increase of material and immaterial violence in the region, as a result of the diversification of narcotraffic activities, given its transnationalization process. The second is that the shift of the strategies of the communal movement between the illegal and legal sphere contributed to the establishment of a new local order, expressed in an autonomous government. In this article it was adopted a qualitative approach, whose scientific methodology consists of a study case, based on a literature review of both primary and secondary sources.

**KEYWORDS:** Cherán; Mexico; Drug trafficking. Violence; Self-defense; Resistance; Autonomous government.

## 1. Introdução

Desde o início dos anos 2000, uma das maiores ameaças à segurança pública no México remonta ao narcotráfico, cujo poder de influência em alguns estados do país tem resultado na composição de novas ordens sócio-políticas locais, arregimentadas, muitas vezes, nas próprias instituições estatais. Situação identificada em Michoacán, a dinâmica de interação entre narcotráfico e Estado, além do setor extrativista no caso presente, também se estende para certas cidades que integram o estado, como o município de Cherán, onde se situa o objeto de análise deste estudo.

Região marcada por uma atuação morosa e omissa do Estado, e em alguns momentos até mesmo conivente, já a partir dos anos 1990 os grupos narcotraficantes adquiriram um papel econômico e político notório em Michoacán, exercido, muitas vezes, através da violência em suas diferentes formas (física, psicológica, moral, sexual, patrimonial, entre outras). Nesta conjuntura, sob uma lógica de disputa territorial, diversos setores sociais passaram a se apropriar do uso da violência, seja visando a expansão dos grupos criminosos, seja lutando por seu enfraquecimento. Em Cherán, comunidade composta, majoritariamente, pela etnia indígena Purépecha, esse processo resultou em respostas civis em torno da defesa e da segurança que, posteriormente, transformaram o sistema normativo local.

Nesse sentido, o artigo tem como objetivo primordial analisar o movimento de resistência da comunidade Purépecha de Cherán, iniciado em abril de 2011, contra o estado de insegurança que se alastrava pelo município, de forma a impactar a população local em suas dinâmicas de sociabilização e culturais tal qual suas atividades econômicas e políticas. Decorrente deste, a pesquisa desdobra-se em três objetivos específicos, sendo eles: compreender quais foram os fatores que contribuíram para o aumento da violência no estado de Michoacán e os seus reflexos em Cherán; examinar as respostas civis da comunidade através do grupo de autodefesa, resultado da apropriação comunitária da defesa e segurança, e do uso do Direito; e, por fim, expor as alterações sócio-políticas locais sucedidas desde então.

Para alcançar os objetivos propostos, o recorte temporal desta pesquisa abrange o início dos anos 2000 a 2012, período que abriga desdobramentos importantes para o desenvolvimento do levante comuna e sua resolução. Entretanto, se faz necessário também retomar a acontecimentos específicos das décadas de 1980 e 1990, a fim de contextualizar a ampliação do poder dos grupos criminosos e os arranjos construídos em consequência. Dessa forma, a delimitação do tema visa responder às seguintes perguntas: Quais foram os elementos que

favoreceram o assentamento do narcotráfico em Michoacán e, conseqüentemente, em Cherán? Como se expressava a violência na população local de Cherán? Tendo visto esta conjuntura, como se deu o surgimento do movimento de resistência dos grupos de autodefesa na comunidade de Cherán, no México? E, finalmente, de que maneira o controle da segurança e da defesa contribuíram para a instauração de um governo autônomo em Cherán?

Localizando o debate na área de Segurança e Conflitos nas Relações Internacionais, sobretudo, de Conflitos sociais no mundo contemporâneo, o artigo visa trazer a este campo científico não apenas os impactos causados às populações em nível subnacional pelo processo de transnacionalização das organizações criminosas. Mas também, trazer à tona a luta dos grupos de autodefesa, que se constituem como movimentos de resistência, muitas vezes, territorializados, a partir de estratégias de sobrevivência que questionam os sistemas econômico, político e social vigentes, construindo modos de vida outros. Bastante recorrente na América Latina, os grupos de autodefesa indígena difundiram-se por diversos países na região na tentativa de retomar a sua autonomia e seu controle territorial<sup>1</sup>. Dentre estes grupos, vale destacar os Guardiões da Floresta, no estado do Maranhão no Brasil, os grupos da etnia Naza, no Valle del Cauca na Colômbia, da etnia Wampis na Amazônia peruana, além das autodefesas de comunidade afrodescendentes da Nicarágua e Honduras. No México<sup>2</sup>, estes grupos se manifestam com grande intensidade, estando presente em cerca de 28 dos 32 estados mexicanos (CAMPO e ZANABRIA, 2019).

A pesquisa foi realizada por meio de uma investigação qualitativa através da revisão bibliográfica sobre os conceitos de violência, as experiências de autodefesa no cenário internacional, a história de desenvolvimento do narcotráfico no México, assim como sobre a história de Cherán e a cosmovisão Purépecha. Devido ao baixo tratamento do tema no Brasil, o referencial teórico pautou-se majoritariamente na bibliografia internacional de autores como: Johan Galtung, Giovanna Gasparello, Elsa Dorlin, Guillermo Valdés, Fuentes Díaz, Patricia García, entre outros. Ademais, o trabalho se debruça sobre a análise de dados primários, como os indicadores sociais, econômicos e de segurança pública dos estados mexicanos publicados pelo Sistema Nacional de Información Estadística y Geográfica (INEGI) e pelo Secretariado Ejecutivo del Sistema Nacional de Seguridad Pública (SESNSP), além das resoluções jurídicas emitidas pelo Instituto Electoral de Michoacán (IEM) e do Tribunal Electoral del Poder Judicial

---

<sup>1</sup> Conforme afirma SCHAVELZON, “la autonomía y autodefensa indígena se asocia a las formas de organización propias dentro de Estados nacionales [...]” (2020).

<sup>2</sup> No México, os exemplos são diversos, podendo citar: as autodefesas de Aquila, Ostula, Oaxaca, as Polícias Comunitárias de Guerrero, o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) em Chiapas, entre outros.

de la Federación (TEPJF). Consultou-se também os Planos de Desenvolvimento Municipal do Governo Comunal de Cherán para entender o sistema normativo sobre usos e costumes Purépecha.

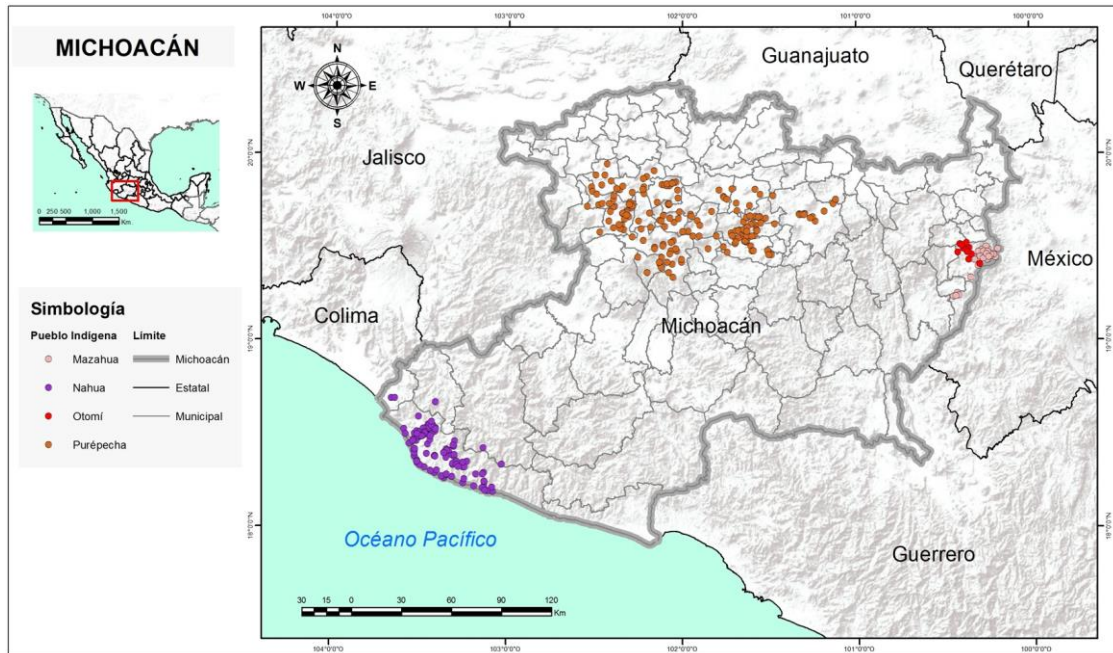
Dessa forma, o artigo está estruturado em três seções. Na primeira, pretende-se expor o processo de solidificação do narcotráfico em Michoacán e a maneira como as políticas de segurança, e em alguma medida, econômicas, à nível federal impactaram o estado, criando uma zona cinza de poder, onde a autoridade legal e ilegal se tornam indistinguíveis. Na segunda seção, busca-se entender como a violência incidia sobre a população de Cherán, considerando-a em suas distintas dimensões (GALTUNG, 1969/1990 e GASPARELLO, 2018a). Na seção final, o artigo analisa o processo de reagrupamento comunitário, expresso em um movimento político de resistência a partir da formação do grupo de autodefesa indígena, em um primeiro momento, que, então, volta-se ao campo do Direito para consagrar um governo com base nas concepções e tradições do povo local.

## **2. O narcotráfico, o Estado mexicano e a ordem compartilhada**

### **2.1. Michoacán: breves considerações**

O estado de Michoacán, México, ocupa posição notável na história do narcotráfico no país. Localizado na região sudoeste do México, o estado dispõe de características geográficas e populacionais que merecem ser destacadas para a compreensão do desenvolvimento dos grupos narcotraficantes na região e a resposta popular à escalada local de violência. Segundo o Sistema Nacional de Información Estadística y Geográfica, com uma população de 4.748.846 de habitantes (INEGI, 2020), o estado concentra diferentes etnias indígenas, das quais se destaca o povo Purépecha, especialmente, no município de Cherán.

**Imagem 1** - Distribuição dos povos indígenas em Michoacán, conforme o Atlas de los Pueblos Indígenas de México



Fonte: Atlas de los Pueblos Indígenas de México - Instituto Nacional de los Pueblos Indígenas (INPI)

No que diz respeito aos aspectos geográficos da região, Michoacán faz fronteira com os estados de Colima, Jalisco, Guanajuato, Guerrero, México e Querétaro (INEGI, 2017), que, assim como a região estudada, foram afetados significativamente pelo narcotráfico. Quanto ao acesso marítimo, o estado possui saída estratégica para o Oceano Pacífico e comporta um dos portos mais importantes do país, o Porto Lázaro Cardenas.

Formado por serras e relevos montanhosos e uma vegetação relativamente extensa, dado os intensos processos de desmatamento ocorridos no estado, diversos autores convergem ao ressaltar que, até meados do século XX, Michoacán era considerado uma região de difícil acesso, e, assim, com uma estrutura estatal esparsa e débil (MALDONADO, 2012; VALDÉS, 2013; VELÁZQUEZ, 2014). Nesta perspectiva, Jaime Rivera Velázquez (2014) afirma que os aspectos físicos da região contribuíram para uma presença escassa do Estado neste território e, consequentemente, para a porosidade das instituições estatais locais.

Segundo Velázquez (2014), estas particularidades, por sua vez, favoreceram o cultivo de substâncias como a maconha e a papoula, presentes na região já desde o início do século XIX, consideradas legais no país até a década de 1920. Sob pressão do imperialismo dos Estados Unidos<sup>3</sup>, ao instituir a ilegalidade da produção, consumo e venda da maconha e das

<sup>3</sup> Segundo Valdés, em 1914 os Estados Unidos passaram a legislar sobre o consumo de drogas no país. (2013, p. 26)

substâncias derivadas da papoula (a saber: ópio e heroína), o México, então, passou a vivenciar um crescimento gradativo dos grupos narcotraficantes.

Nos anos 1940, em razão da Segunda Guerra Mundial, a demanda estadunidense por opiáceos se intensificou, tendo o México como um dos seus principais fornecedores, mesmo que ilegalmente. Nesse sentido, devido à sua proximidade com os Estados Unidos, os cartéis de Sinaloa, alocados na região conhecida como "triângulo dourado", onde coincidem os estados de Sinaloa, Durango, Chihuahua e Sonora (VALDÉS, 2013), ampliaram a sua produção de papoula e derivados, a fim de atender o mercado do país vizinho. A partir de então, os cartéis de Sinaloa passaram não apenas a concentrar a produção nacional das substâncias já citadas e de maconha (1960), mas também a liderar, gradativamente, o mercado nacional e as exportações.

Ainda que concentrado no "triângulo dourado", o cultivo dessas substâncias acabou se difundindo para outras regiões do país, entre elas, Michoacán. Voltado tanto para o consumo local, em menor escala, quanto para abastecer cartéis de droga de Sinaloa, o cultivo ilícito na região se desenvolveu de maneira relativamente pacífica, até os anos 1980, devido às condições existentes na zona rural à época. Para além dos aspectos geográficos e institucional já citados, a adesão de grande parte da população local ao cultivo dessas substâncias decorreu das precárias condições econômicas existentes no campo, o que tornou este mercado uma opção econômica mais rentável do que os cultivos tradicionais de subsistência e o cultivo de abacate para exportação, amplamente difundido no estado (MALDONADO, 2009). Nos territórios indígenas, porém, embora parte da população tenha se integrado ao cultivo ilícito, Maldonado (2009) afirma que a relação entre os povos indígenas e os grupos narcotraficantes foi marcada por diversos conflitos, uma vez que estes tentavam se apropriar das terras indígenas comunais e realizar a produção individualmente, afastando-os da posição de autoridade sobre seu próprio território.

Conforme afirma Valdés (2013, p. 91):

[...] las condiciones económicas, sociales y políticas del empobrecido campo mexicano, abandonado por el Estado, facilitaron la incorporación de miles de familias campesinas al mercado ilegal de la "verde", como ya muchas otras lo habían hecho con la amapola.

Em Michoacán, os narcotraficantes se apropriaram, ainda, das incipientes infraestruturas construídas no estado, como: estradas, projetos hidráulicos e elétricos, de modo a impulsionar o cultivo local e o tráfico de drogas (MALDONADO, 2009). Para Velázquez

(2014), essa apropriação, por sua vez, ocorria com a aquiescência das autoridades locais e, até mesmo, federais, que se aliaram aos narcotraficantes por meio do suborno. Dessa forma, o autor afirma que as estruturas estatais, assim como a aliança formada entre os narcotraficantes, o Estado e a população local, dado a sua percepção de ganhos diretos e indiretos com o cultivo ilegal, foi fundamental para o desenvolvimento do narcotráfico na região sob a manutenção de um “status quo de paz en la ilegalidade” (VELÁZQUEZ, 2014, p.5).

Sobre esta conjuntura, Valdés (2013) explica que a relação entre os grupos narcotraficantes e as autoridades se dava não só através da cumplicidade entre estes para com os primeiros, mas também através da formação de acordos informais de convivência política entre estes atores. Ou seja, a presença e o controle das praças pelos narcotraficantes ocorriam sob a fiscalização das autoridades locais, e certas instâncias federais, na medida em que a violência não era utilizada pelos criminosos como um instrumento disruptivo da ordem sócio-política estabelecida.

A chegada dos anos 1980, todavia, demarcou uma alteração no acordo informal estabelecido entre as autoridades mexicanas e o narcotráfico, através da qual este assume maior autonomia frente ao Estado. Para entender este novo cenário é imprescindível tecer algumas linhas sobre a situação do narcotráfico no México a partir desta década.

## **2.2. As transformações do narcotráfico no México**

Ao longo dos anos de 1940 a 1980, o narcotráfico no México se expandiu significativamente sem dispor da violência como um instrumento de dominação, uma vez que as relações firmadas com o Estado permitiam a continuidade do exercício das suas funções. O cartel de Sinaloa, nesse contexto, concentrava boa parte do mercado de drogas ilícitas no país, o que minimizava as disputas por praças entre os grupos narcotraficantes e, então, a violência relacionada a esses conflitos.

Centrando-se, principalmente, no mercado internacional de maconha e opiáceos até então, o narcotráfico no país sofre mudanças expressivas devido a sua inserção no mercado ilegal de cocaína. Para Valdés (2013, p. 154):

[...] su entrada masiva al trasiego de cocaína, lo que multiplicaría sus ingresos y su poder y los convertiría, gracias a la asociación con los “cárteles colombianos”, en empresas transnacionales y, posteriormente, en una de las organizaciones criminales más poderosas del mundo.



Neste momento, a população estadunidense já apresentava altas taxas de consumo de cocaína<sup>4</sup>, fazendo-se notar também o aumento da violência nos Estados Unidos, como uma das consequências deste fenômeno. Em decorrência, na data de 1982, o então presidente Ronald Reagan retomou o estado de guerra contra as drogas no país. A partir dos processos de securitização do narcotráfico, levados a cabo pelo presidente Richard Nixon (1969-1974) e, posteriormente, fortalecidos na gestão de Ronald Reagan (1981-1989), os Estados Unidos passaram, pois, a tratar a presença das drogas em seu território como uma questão de segurança nacional.

Cunhada como a política de “War on Drugs” (Guerra às drogas), o Estado investiu na militarização do combate ao narcotráfico, ultrapassando, inclusive, as fronteiras nacionais. O crescente uso de drogas nos Estados Unidos não era visto como um problema de saúde pública ou desajustes sociais, mas sim como responsabilidade dos países em que havia produção de substâncias ilícitas e que as exportavam para território estadunidense (MERCADANTE, 2018). Assim, ao longo da administração Reagan, a guerra às drogas norte-americana se estruturou sob a lógica de combate à oferta dos narcóticos ao país, seguindo as diretrizes da política externa de seu governo. Pautada em uma divisão fictícia entre mercados consumidores e mercados produtores de drogas, onde estavam localizados parte dos países latino-americanos, a guerra às drogas de Reagan ocasionou em diversos episódios de intervencionismo na região latina.

Se por um lado a política estadunidense conseguiu, de certa maneira, desarticular o fornecimento de cocaína pelos cartéis colombianos ao país, por outro, deu forças às organizações mexicanas, que expandiram a sua participação neste mercado. No âmbito marítimo, a política em questão foi operacionalizada pela Guarda Costeira Nacional que, gradualmente, bloqueou a rota do Caribe (VALDÉS, 2013). Os cartéis colombianos, que exerciam papel central no abastecimento ao mercado estadunidense e controlavam a rota do mar do Caribe até a Flórida, se viram obrigados a buscar por novos trajetos de exportação, processo pelo qual apontaram as organizações mexicanas.

Este movimento marcou a entrada efetiva dos cartéis mexicanos ao mercado internacional de cocaína, representado nos acordos firmados entre estas organizações e as colombianas. Sob execução do narcotráfico mexicano, o fornecimento de drogas aos Estados Unidos foi redirecionado para a rota do Pacífico, onde o estado de Michoacán ganhou maior

---

<sup>4</sup> In Valdés: Em 1980, mais de um milhão e oitocentas mil pessoas já haviam experimentado cocaína e/ou crack alguma vez na vida nos Estados Unidos, de acordo com National Survey on Drug Use and Health (2002) da Substance Abuse and Mental Health Services Administration.

protagonismo. Para além da sua localização, a região dispõe do porto marítimo Lázaro Cárdenas, utilizado pelos grupos criminosos para exportar não só cocaína, como maconha, papoula e importar as matérias primas necessárias para a fabricação de outras drogas sintéticas.

Uma das consequências deste novo posicionamento dos grupos narcotraficantes foram as mudanças qualitativas pelas quais passaram o narcotráfico no México (VALDÉS, 2013), que atingiram tanto a sua estrutura organizacional, quanto a sua projeção econômica e, sobretudo, sua relação com o Estado. Segundo Díaz (2018, p.287),

Essa[s] mudança[s] significou [significaram] a diversificação de atividades que vão além do cultivo e transporte de substâncias ilegais, para incluir uma voraz atividade comercial criminosa (Ravelo, 2009). A diversificação do narcotráfico deve ser entendida como parte de uma complexa rede de fatores que incluem o conflito entre as organizações, as políticas de controle tanto no México quanto nos Estados Unidos (“Guerra contra o narcotráfico” e militarização da fronteira, por exemplo), a história política das regiões onde a produção se baseia e as mudanças macroestruturais que ocorreram no México desde a implementação do modelo de desenvolvimento baseado nas políticas de liberalização [...].

Já nos anos 1990, novamente, respondendo às pressões dos Estados Unidos, o México intensificou o enfrentamento aos grupos narcotraficantes, resultando na prisão de líderes do cartel de Sinaloa, uma das organizações criminais de maior expressividade no país<sup>5</sup>. Com isso, a organização se fragmentou em outras menores, que passaram a disputar o domínio do mercado ilegal. Sem a presença de um dos maiores cartéis mexicanos, o novo cenário que se impôs no país foi a proliferação de diversos grupos ilegais que rivalizavam entre si pelo controle das praças e sua inserção no mercado internacional de drogas. Os conflitos que daí emergiram estavam circunscritos a altas doses de violência, não apenas entre as organizações, mas também direcionada à população civil.

Dessa forma, ao longo da década de 1990, as organizações criminosas no México expandiram, cada vez mais, o seu poder econômico, do uso da força e de cooptação das forças estatais. Em relação a este, vale ressaltar outro aspecto que contribuiu para esse fenômeno: a descentralização política do Estado mexicano. Ainda no início daquela década, o Partido Revolucionário Institucional (PRI) teve a sua hegemonia política contestada, dado a ascensão dos partidos opositores em certos governos subnacionais<sup>6</sup> e a perda de maioria na Câmara dos

---

<sup>5</sup> Em seu livro “Historia del narcotráfico en México”, Guillermo Castellanos Valdés (2013) faz uma descrição detalhada da prisão dos líderes do cartel de Sinaloa (Caro Quintero, Ernesto Fonseca e Miguel Ángel Félix Gallardo), promovido pelas órgãos federais do México, em resposta ao assassinato de um agente da DEA (United States Drug Enforcement Administration) a suposto mando do grupo em questão. Ver: VALDÉS, Guillermo Castellanos. Historia del narcotráfico en México. Ciudad de México: Aguilar, 2013. p. 169-180.

<sup>6</sup> Seguindo a ordem cronológica, o Partido Ação Nacional (PAN) ganhou as eleições nos seguintes estados: Baja California em 1989, Jalisco e Guanajuato em 1991, Chihuahua em 1992, Querétaro e Nuevo León em 1997 e

Deputados<sup>7</sup>, o que obrigou o governo federal a negociar com os seus opositores a agenda política nacional (VALDÉS, 2013). Não obstante, em 2000 Vicente Fox elegeu-se como presidente do país, pelo PAN, para o sexênio seguinte (2000-2006), rompendo com o sistema de partido único, que durou mais de 70 anos (SANTOS, 2018).

Como expõe Valdés (2013), o resultado foi a conformação de um regime democrático com a separação mais demarcada entre os três poderes (Legislativo, Federativo e Judiciário) e que concedia maior autonomia aos governos locais (estaduais e municipais). Em contrapartida, a independência dos governos subnacionais à esfera federal facilitou o estabelecimento de novos acordos com o crime organizado, a nível local, envolvendo, em certos casos, a cooptação de forças policiais municipais e estatais, como em Michoacán.

### **2.3. Anos 2000: o narcotráfico na zona cinza em Michoacán**

Conforme demonstrado até aqui, a chegada dos anos 2000 representou para o México a propagação de grupos criminosos, demarcando o início de novas relações entre o narcotráfico e o Estado. Em partes, isto reflete uma mudança na própria estruturação dos cartéis mexicanos. Ao contrário dos anos anteriores, essas organizações não mais se baseavam em laços familiares, importante para a construção de relações de lealdade e confiança, que auxiliam a sua sobrevivência no âmbito ilegal. Sem este componente, elas passaram a instrumentalizar a violência e o terror como meio de garantir a sua existência e o controle territorializado do mercado de drogas e, internamente, como ferramenta de disciplina e controle. Assim como ocorreu em várias regiões do país, em Michoacán não foi diferente.

O deslocamento do cartel de *Los Valencia* (ou cartel do Milênio) pelo *Cartel del Golfo* (1990) e *Los Zetas* (2003), inaugurou no estado uma conjuntura de violência ainda desconhecida pelos moradores locais. Não cabe aqui descrever a genealogia de cada um dos grupos criminosos que se instauraram em Michoacán<sup>8</sup> e como se deu a sucessão entre eles. Todavia, é importante identificar certas dimensões desse processo que levaram ao surgimento dos grupos de autodefesa comunitários na região, sobretudo, em Cherán.

Criado, inicialmente, para proteger o *Cartel del Golfo*, o grupo paramilitar de *Los Zetas* logo passou a ampliar suas funções, integrando o mercado de drogas e expandindo a sua atuação

---

Aguascalientes em 1998. Ao Partido da Revolução Democrática coube o governo do Distrito Federal em 1997. Ibid., p. 275.

<sup>7</sup> De acordo com a Folha de São Paulo (1997), o PRI conquistou 239 das 500 cadeiras no Congresso Nacional.

<sup>8</sup> Cf. DÍAZ, 2018, p. 281-284.; VALDÉS, 2013, p.190 et. seq.

para outras regiões, além de introduzir novas práticas de expropriação social de renda, baseada na violência (VALDÉS, 2013). Contra a população, o grupo atuava de formas variadas: roubos, sequestro, imposição de taxas por proteção, cobrança de quotas aos comerciantes e produtores rurais locais etc. (DÍAZ, 2014). Formado por ex-militares mexicanos e da Guatemala, o grupo possuía alta capacidade logística e militar, o que contribuiu para o seu processo de expansão e cooptação das instituições securitárias locais no estado.

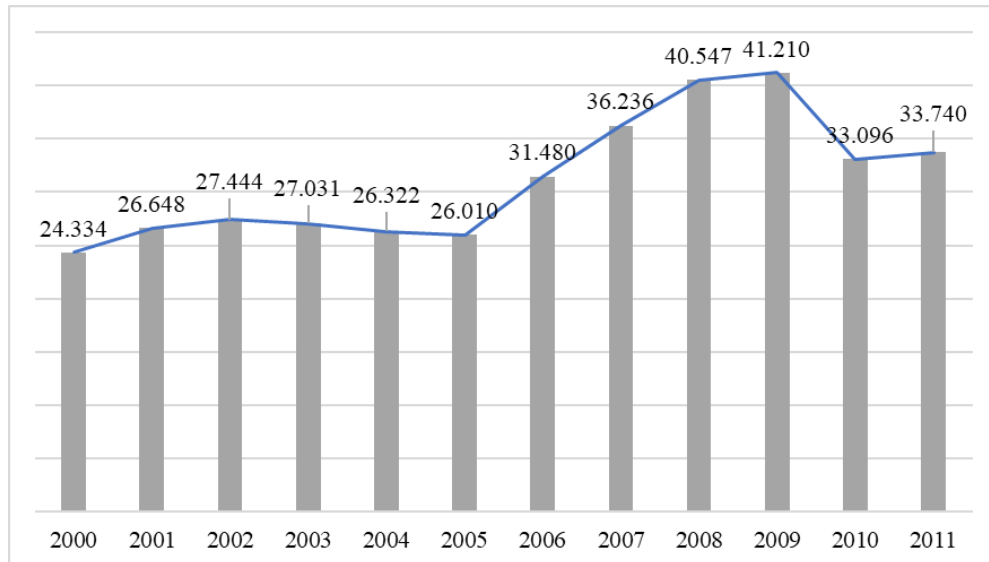
Ao mesmo tempo em que *Los Zetas* estavam alojados no estado, surgia outra organização chamada *La Familia Michoacana* (2002), que em 2006 após intenso conflito com *Los Zetas* conseguiram tomar o controle da região. Iniciando um novo período de monopólio sobre o mercado de drogas em Michoacán, a *Familia Michoacana* manteve a execução da violência como método de disciplina e controle, bem como as práticas de expropriação de renda.

De acordo com Velázquez (2014, p.7) “[...] ni las autoridades municipales quedaron a salvo, porque muchos policías fueron sobornados, amenazados y puestos al servicio de la mafia, y los propios alcaldes se vieron obligados a pagar cuotas a la Familia.”. Ao estender o seu domínio para as prefeituras, o cartel passou a influenciar de fato a agenda política local, seja nas instituições de segurança pública e justiça, seja no financiamento de campanhas políticas que resultariam em benefícios próprios. Construía-se, assim, uma estrutura de poder paralegal baseada em uma estrutura circular, pois ao mesmo tempo em que era possibilitada pelo poder da organização criminosa, criava as condições necessárias para a ampliação deste mesmo poder.

Em 2011, a *Familia Michoacana* foi deposta pelos *Caballeros Templarios*, após as investidas federais do governo Calderón (2006-2012). Na mesma lógica, o grupo prosseguiu com o mesmo modelo de terror, violência e ingerência nas instituições estatais praticado pelos anteriores. As sucessivas disputas pelo monopólio do tráfico de drogas em Michoacán criaram, portanto, um espectro da violência que atingia a população local de modos distintos.

De acordo com os dados do *Secretariado Ejecutivo del Sistema Nacional de Seguridad Pública (SESNSP)* do Governo do México, o primeiro decênio dos anos 2000 foi marcado, de maneira geral, por taxas crescentes no número de denúncias de incidência criminal em Michoacán. Entende-se incidência criminal por: ameaças, roubos, homicídios, crimes patrimoniais, crimes sexuais e sequestros.

**Gráfico 1** - Total de denúncias de incidência criminal em jurisdição comum em Michoacán (2000-2011)



Fonte: Elaboração própria com dados obtidos no *Secretariado Ejecutivo del Sistema Nacional de Seguridad Pública (SESNSP)*

Ainda que seja possível observar números decrescentes nos anos de 2003 a 2005, deve-se atenção especial ao período de 2005 a 2009, quando as denúncias de incidências criminais na região sobem em torno de 58%. Vale salientar que, de acordo com o *Sistema Nacional de Información Estadística y Geográfica (SNIEG)*, a porcentagem de crimes não denunciado pela vítima ou que não foram investigados pelas autoridades de segurança, conhecido como *Cifra Oculta*, no ano de 2010 em Michoacán era de 94,7%, de modo que os números dispostos representam apenas uma fração do cenário de violência no estado. Neste mesmo ano, a percepção da população sobre insegurança era de 62,5% (INEGI, 2010).

Para Díaz (2018), o modelo de operação do narcotráfico em Michoacán, a partir dos anos 2000, estabeleceu uma ordem ilegal legítima, caracterizada por uma relação ora de cumplicidade ora de ameaças entre o narcotráfico e o Estado. Segundo o autor (2018), esta ordem se instaura sobre uma zona de indistinção entre a normatividade do Estado e a do crime, cunhada como *zona cinza*, ou seja, “uma área do espaço social e político caracterizada por práticas indistintas entre o legal e ilegal, entre a política institucional e a não institucional.” (2018, p.496).

Baseando-se na noção de indistinção de Giorgio Agamben<sup>9</sup> (2004) Díaz (2018)

<sup>9</sup>Para Agamben, a indistinção remonta a situação de coexistência do estado de exceção com o Estado de Direito, visando a conservação deste último, em que os direitos individuais e as distinções entre os três poderes - Legislativo, Judiciário e Executivo - são temporariamente abolidos. Isto é, o estado de exceção constitui uma zona de indistinção entre o Estado de direito per se e a suspensão, pelo próprio governante, da ordem jurídica para cunhar uma forma extralegal de direito em resposta à supostas ameaças ao sistema político vigente. Como afirma o autor, é “um espaço vazio de direito, uma zona de anomia em que todas as determinações jurídicas — e, antes

conceitua a zona cinza como a constituição de um regime soberano através da combinação entre a legalidade e a ilegalidade, que resulta na instauração de uma nova ordem política, na qual convivem as autoridades estatais e criminais. Assim, a governança se exerce através de composições de poder entre o poder estatal e a normatividade do narcotráfico, em que não é possível distinguir a ordem ilegal do narcotráfico daquela formulada pelas instituições do Estado.

Segundo o autor (2018), uma das faces da *zona cinza* pode ser identificada nos métodos de extorsão de renda da população local, praticados pelo narcotráfico. Isto é, o controle de determinado território permite aos grupos criminosos impor e gerenciar uma estrutura de cobrança por proteção e de quotas, e, assim, financiar a ordem política sobre a qual este controle se exerce. Esta prática, em alguns casos, pode gerar um novo agente soberano que o Estado não é capaz de suprimir, mas sim, passa a exercer os seus poderes de maneira conjunta à ele, como ocorreu em Michoacán.

Deve-se ter em mente, porém, que o conceito de *zona cinza* não representa a relação entre o narcotráfico e o Estado mexicano como um todo. Mas sim, restringe-se a regiões específicas onde a capacidade de coação daquele sobre as instituições estatais e o espaço público, e, conseqüentemente, sobre a sociedade local, é maior, como nos municípios. Como afirma Camín (2015) “este es el eslabón último del crimen, el lugar donde habría que dejar de llamarlo crimen pues empieza a ser otra cosa: no el Estado paralelo [...], sino una especie de propietario sustituto del Estado, en particular de sus formas municipales.”.

### **3. O município de Cherán sob a sombra do narcotráfico**

#### **3.1. Cherán**

O município de Cherán possui 20,586 habitantes e é composto, em sua maioria, pelo povo indígena Purépecha, ainda que apenas 3,981 pessoas sejam falantes da língua indígena tarasca (INEGI, 2020). O povo Purépecha, de origem pré-hispânica, possui um histórico de luta e resistência intensas em relação às tentativas de despojo do território habitado, cujos elementos da natureza, de acordo com sua cosmovisão, têm significado existencial. Socialmente, há o predomínio de organizações familiares extensas, que, muitas vezes, necessitam compartilhar um mesmo terreno (INPI).

Situado na região conhecida como *Meseta Purépecha*, o município é formado por 14

---

de tudo, a própria distinção entre público e privado — estão desativadas” (2004, p.76.). Cf. AGAMBEN, 2004, *passim*.

localidades, sendo Santa Cruz Tanaco, El Cerecito e Cherán (capital municipal) as mais importantes, tendo em vista sua expressividade populacional e econômica (INEGI). Esta última localidade é, ainda, dividida em quatro bairros: *Jarhúkutin*, *Kénhiku*, *Karhákuá* e *Parhúkutin*, cujos nomes se referem à sua disposição geográfica.

Em relação às localidades, deve-se frisar que suas delimitações nem sempre refletiram processos pacíficos, mas sim, dinâmicas conflituosas, marcadas por questões étnicas, faccionalismo político e disputas sobre recursos naturais e sua exploração (BURGOS, 2014; DÁVILA, 2015). Denisse Román Burgos (2014) descreve uma série de conflitos na região<sup>10</sup>, em que as consequências ainda se fazem presentes, entre elas, a decisão de Santa Cruz Tanaco em não integrar o governo local de usos e costumes, se mantendo vinculado à esfera municipal.

Com uma extensão de 222,4 km<sup>2</sup> (INEGI), segundo levantamento feito pela própria comunidade estima-se que 115,56 km<sup>2</sup> do território é ocupado pelas florestas de coníferas, enquanto 75,79 km<sup>2</sup> é destinado à produção agrícola e apenas 3,18 km<sup>2</sup>, às áreas urbanas. Atentando-se à economia da região, o comércio destaca-se como a principal atividade, concentrando 61,3% da renda municipal em 2019 (DATAMÉXICO). Quanto às atividades agrícolas, a região é importante produtora de abacate para o mercado internacional, e de milho e trigo, para abastecimento local (BURGOS, 2014). Outra fonte de renda relevante para o município está no aproveitamento dos recursos naturais das áreas florestais, como a extração de madeira, resina e minérios.

O setor extrativista, que já crescia a ritmo intenso na década de 1980, teve impulso significativo com o início dos anos 2000. Em partes, esse processo refletia consequências indiretas das reformas neoliberais implementadas no país, que ao provocar a precarização econômica da população agrária do município, redirecionava parte deste contingente para as atividades extrativistas, que se tornavam mais lucrativas. Sobre os efeitos diretos, afirma Santos (2018, p.583):

[...] desde que entrou em vigor a lei mineira em 1992, mesmo ano em que se modificou a lei de terras, o Estado atua como uma espécie de promotor dos projetos mineiros. Concessões são outorgadas sem consulta prévia às populações concernidas, violando a legislação nacional e internacional relativa ao direito à autonomia e à livre determinação dos *pueblos* e comunidades indígenas. (grifo do autor)

O autor destaca que “entre 2002 e abril de 2016, o governo outorgou 25.716 títulos de concessão mineira no país, concentradas nos estados de Baja California, Chiapas, Chihuahua, Guerrero, Oaxaca, Puebla e Michoacán” (2018, p.582), em sua maioria, às empresas

---

<sup>10</sup> Não cabe aqui expor os conflitos intra-localidades ocorridos na região, exceto aquele que se faz objeto deste trabalho. Para saber mais, consultar Burgos, 2014.

transnacionais. Segundo Boquera e Jiménez (2016), de 2006 a 2012, a taxa de desmatamento em Cherán foi superior a 70%. O Estado, entretanto, não foi o único ator presente neste ciclo de exploração ambiental, no qual o narcotráfico também atuou.

### **3.2. A participação do narcotráfico na vida local**

Conforme exposto linhas acima, os anos 90 demarcaram a ação do narcotráfico em novas atividades comerciais, processo que se acentuou ao longo dos anos 2000. Frente ao combate nacional, e internacional, ao tráfico de drogas, os grupos criminosos extravasaram a sua atuação para outros meios de acumulação de renda, como: a capitalização de novos integrantes, dado a piora das condições econômicas da população rural, que via nas atividades ilegais um modo de ascensão social; a extorsão da população, seja pela cobrança de cotas aos comerciantes e produtores rurais, seja por tarifas de segurança; mas, sobretudo, o conluio com entidades privadas, o que ampliou a sua capacidade de exploração ilegal de minérios, dos recursos naturais das florestas comunais e a comercialização ilegal de produtos originários da China, que chegavam a região através do Porto Lázaro Cárdenas.

As consequências, por sua vez, incidiram em diferentes dimensões da vida social local. No campo econômico, como expõe Giovanna Gasparello (2018b), devido à esfera de insegurança que se criou na comunidade, a produtividade no campo dissociada ao crime organizado caiu, dado a perseguição contra os indivíduos que resistiam às imposições daquele. Por outro lado, o extrativismo ilegal das florestas comunais se difundiu pelo município.

Muitos dos indivíduos que participavam desta cadeia de produção não pertenciam às organizações criminosas, mas sim residiam nas localidades próximas à capital e recebiam financiamento dos grupos narcotraficantes para atuar no ramo extrativista como fonte de renda e, assim, poder contribuir com o pagamento de cotas. Conhecidos como *narcotalamontes*, cheranenses da capital municipal acusavam os residentes de Capuacaru, El Cerecito e Santa Cruz Tanaco de exercer tais práticas, exacerbando rivalidades históricas na região e suscitando desconfianças entre os habitantes locais. Dessa forma, a desestabilização das relações de confiança na comunidade foi essencial para a instauração de um estado de terror permanente, de modo a desarticular qualquer reação local contra o domínio e exploração cometidos pelo narcotráfico.

Ainda sobre a exploração dos recursos naturais, de acordo com Dávila (2015, p.6),

[...] a partir del año 2010 se exacerbó la explotación del bosque por parte de los “narcotalamontes” y “troceros.” Cada día bajaban del cerro entre 30 y 40 viajes de camionetas cargadas con madera talada ilegalmente de los bosques de la comunidad; aumentaron las desapariciones y los secuestros; mientras que las extorsiones a los



negocios y productores agrícolas, principalmente aguacateros, aumentaron del 5%, al 10% y hasta el 20% del valor total de su producción.

Estes números refletem não só a anuência das autoridades governamentais, como reflexo da articulação legal-ilegal, que pouco fizeram em relação às denúncias da comunidade. Mas também, a presença da monocultura de abacate na região, para abastecimento do mercado internacional, que a nível local estava submetida aos desígnios das organizações criminosas. Martínez e Padgett (2013) explicam que o processo era composto pelas etapas de desmatamento, seguido por queimadas e, então, o território era destinado à plantação de abacate, cuja comercialização compunha a economia do crime organizado. O processo, que ganhou expressividade em 2006, se intensificou em 2010 com os *Caballeros Templarios*.

Segundo relatos locais (MARTÍNEZ e PADGETT, 2013), a organização criminosa estruturou um sistema tarifário aos produtores com base no tamanho da área cultivada, na produtividade e no destino que era dado à mercadoria. Assim, quando o produto se mantinha no mercado interno, a cobrança era de 1.500 pesos mexicanos, enquanto que, quando destinado ao mercado exterior, ela poderia chegar a 3 mil pesos. Ademais, exigia-se uma cota de 1,50 pesos por pé de abacate. Estes números demonstram apenas parte do esquema de dominação exercido pelo crime organizado sobre a produção de abacate, que se estendia ao restante da cadeia de certificação, empacotamento e distribuição.

Tal qual nas relações econômicas, a violência executada pelo narcotráfico também se fez sentir no campo das relações sociais e de laços culturais na comunidade. Devido ao estado de insegurança local e ao sentimento coletivo de medo, a população deixou de realizar, gradativamente, certos hábitos cotidianos, como reuniões familiares e entre amigos, tarefas comunitárias e comemorações tradicionais do povo Purépecha. É comum encontrar relatos<sup>11</sup> de adoecimento e falecimento de cheranenses, sobretudo da população mais velha, como reflexo da impossibilidade de ocupação do espaço público, o que ocasionou a deterioração da saúde pública em Cherán.

Os reflexos do crime organizado também estiveram presentes no âmbito político. Ainda que não seja resultante da ação do narcotráfico, o faccionalismo sócio-político local facilitou a introdução deste ator na comunidade que, aproveitando-se da situação de divisionismo no município, pode instaurar uma nova ordem paralegal (Ruíz, 2015). Segundo o autor (2015), as disputas eleitorais em Cherán, já desde 1989, eram realizadas pelas assembleias comunais que

---

<sup>11</sup> Devido a impossibilidade de acesso ao local, os relatos foram coletados através de análises bibliográficas. Ver: Gasparello, 2018a; Gasparello 2018b; Ruíz, 2015.

tinham o direito de nomear e eleger as autoridades municipais. Todavia, na impossibilidade dos próprios representantes comunais ocuparem oficialmente os cargos políticos da cidade, a comunidade utilizava da estrutura institucional dos partidos políticos para gerir a ordem local. Funcionando sob esta lógica, o PRD conseguiu se manter no poder até 2007, quando não mais conseguiu responder à crise social que emergia na comunidade.

Conforme Ruíz (2015), o PRD passou a ser questionado pela população local, uma vez que, gradualmente, desmontou as instituições políticas comunais em favorecimento de interesses privados e relações de parentesco:

El Concejo Municipal de Partido-PRD abandonó el principio de servicio y suplantó el poder de decisión de la *k'eri tángurhikuea* (asamblea comunal), comenzó a operar la forma en que las elecciones suelen llevarse a cabo a nivel estatal, federal y a nivel municipal mediante la aplicación del sistema de partidos. (Ibid, p.121)

As eleições de 2007, disputadas por mais de cinco partidos<sup>12</sup>, demarcaram a deposição do PRD como resposta à reconfiguração das relações sociais na comunidade. Para o autor (2015), o próprio Partido da Revolução Democrática apresentou rachaduras em sua constituição, em relação ao modelo de governança a ser adotado no município (baseado ou no direito comunal ou no direito estatal), o que impulsionou a vitória do PRI representado pela figura de Roberto Chapina. A despeito do novo governo, os princípios comunais não foram retomados, mas sim foi posto em prática um projeto político pautado no individualismo, em ganhos pessoais e, sobretudo, acusado de manter relações diretas com o crime organizado.

Nesta nova composição política, as redes de parentesco se tornaram objeto de disputa entre os partidos políticos, fomentando inclusive o rompimento de laços familiares e, em maior espectro, os próprios laços sociais da comunidade. Este contexto dificultou a articulação das respostas populares, embora existentes. Ao longo do governo priista (2007-2011), os níveis de violência na região se tornaram crescentes, expressos na atuação direta e indireta do crime organizado. Quanto ao primeiro: os crimes contra a propriedade e a pessoa e o extrativismo ilegal. Já ao segundo: a inoperância das autoridades públicas frente às denúncias das vítimas, além da repressão sobre aqueles que se manifestavam contrariamente a essa situação, fortalecendo as suspeitas sobre o conluio entre a esfera estatal e o narcotráfico.

Atendo-se à multiplicidade de definições do conceito de violência, destaco que o termo

---

<sup>12</sup> As eleições de 2007 foram disputadas por seis partidos políticos distintos. São eles: PRI, PAN, PRD, PANAL, Partido Alternativa Socialdemócrata y Campesina, e a coalizão entre PRD, PT e Convergencia Socialdemócrata y Campesina.

aqui utilizado remonta à concepção trabalhada por Gasparello (2018a). Baseando-se nas ideias de Johan Galtung (1969/1990), a autora identifica as três dimensões da violência que estavam presentes em Cherán: direta, estrutural e cultural.

### 3.2.1. As três dimensões da violência em Cherán

Para Galtung (1969), a “violência está presente quando os indivíduos estão sendo influenciados de modo que suas realizações físicas e mentais reais estão abaixo de suas realizações potenciais” (p.168, tradução nossa)<sup>13</sup>. Ao pontuar a violência como atos de influência, baseados na relação sujeito-objeto-ação, uma vez que estas ações podem ser exercidas de distintas formas, Galtung (1969) a distingue em duas dimensões iniciais, são elas: violência física e psicológica. Assim, para além das implicações palpáveis, o autor também reconhece a existência de violência em contextos onde se exerce a ameaça e a possibilidade de violência física, direta ou indireta, sob o indivíduo e que enseja o constrangimento de suas ações.

Considerando estas distinções, Galtung (1969), então propõe a leitura da violência através de duas outras dimensões: visível e invisível. Isto é, para o autor a violência física se manifesta materialmente nas interações sociais, pois uma vez que ela se expressa diretamente e de forma pontual no corpo das vítimas, é passível de reconhecimento e, portanto, visível aos olhos da sociedade. A psicológica, porém, ao atingir o indivíduo em sua subjetividade, é mais difícil de ser identificada e, assim, integra o âmbito da invisibilidade. Assim, ela “atinge a alma” (GALTUNG, 1969, p.169), afetando as potencialidades mentais do indivíduo.

Nesta dualidade, Galtung (1969/1990) abriga as três formas pelas quais a violência é exercida, tendo em vista a sua precondição de minar as potencialidades mentais e físicas da vida humana. No espectro da violência visível, encontra-se a violência Direta, ao passo que da invisível, a violência Estrutural e Cultural. A primeira é o ato físico, que constrange a vítima concretamente e o ator da ação pode ser identificado uma vez que se estabelece uma relação direta entre os indivíduos. Já a segunda, ainda que suas ações possam atingir objetivamente a vítima, ela dificilmente pode ser ligada a um ator específico, pois é construída intimamente na estrutura social correspondente. Esta estrutura, por sua vez, cria um ambiente de injustiças sociais e acesso desigual aos recursos econômicos e fontes de poder que Galtung (1969) entende como uma forma de expressão da violência. Deve-se pontuar, porém, que a violência neste

---

<sup>13</sup> “[...] violence is present when human beings are being influenced so that their actual somatic and mental realizations are below their potential realizations.” (GALTUNG, 1969, p.168)

contexto é reconhecida quando as autoridades têm os meios necessários para superar a marginalização de determinada classe, mas não o faz por omissão.

Finalmente, a Violência Cultural é vista como os “[...] aspectos da cultura, a esfera simbólica de nossa existência - exemplificada pela religião e ideologia, linguagem e arte [...] - que podem ser usados para justificar ou legitimar a violência direta ou estrutural.” (GALTUNG, 1990, p. 291, tradução nossa)<sup>14</sup>. Assim, a violência cultural se manifesta através da usabilidade de determinados aspectos culturais de uma sociedade, por certos agentes, para legitimar outras formas de violência, executadas por estes mesmos indivíduos. Galtung (1990) pontua, portanto, que a Violência Cultural funciona como um instrumento de legitimação das outras formas de violência, afetando as potencialidades psicológicas das vítimas.

Em Cherán é possível identificar estas três formas de violência circunscritas a diferentes aspectos do conflito. Quanto a Violência Direta, os assassinatos, estupros, perseguições, sequestros, entre outras formas de agressões física, executados pelo narcotráfico e o crime organizado, são evidentes. À Violência Estrutural, Gasparello (2018a) reconhece como o extrativismo ilegal das florestas comunitárias e a ocupação de terras familiares para a produção de abacate em larga escala. Estas práticas, somadas à violência direta, retiraram dos *comuneros* e *comuneras* locais os próprios meios de produção de recursos, pois com a imposição de um sistema tributário ilegal sobre os pequenos produtores e comerciantes, muitos tiveram de abandonar as suas ocupações por não conseguirem cumprir com todas as determinações do crime organizado. Parcela da população se viu, então, marginalizada do ciclo de produção e reprodução econômica, ficando relegada à miséria.

Já a Violência Cultural, Gasparello (2018a) entende como a corrupção das instituições políticas locais, ocasionadas pelas disputas partidárias no município, que permitiram a chegada e instauração da normatividade do narcotráfico, e, conseqüentemente, a constituição da zona cinza. Para além da corrupção, destaca-se que o faccionalismo e o divisionismo local também foram utilizados pelos agentes criminosos como forma de inserção no contexto local e a partir de então exercer diversas atrocidades à vida humana e ecológica.

Isto posto, é possível ver como as três formas de violência se correlacionam e se retroalimentam, tendo como base a Violência Cultural, que cria as condições necessárias para

---

<sup>14</sup> [...] those aspects of culture, the symbolic sphere of our existence -exemplified by religion and ideology, language and art, [...] - that can be used to justify or legitimize direct or structural violence. (GALTUNG, 1990, p. 291)

o desenvolvimento, gradual, das duas outras dimensões. Todavia, Galtung (1990) observa que, ainda que estejam interligadas, elas podem surgir tanto simultaneamente como em momentos distintos, pois

Apesar das simetrias, há uma diferença básica na relação temporal dos três conceitos de violência. A violência direta é um *evento*; a violência estrutural é um *processo* com altos e baixos; a violência cultural é uma *invariante*, uma "permanência" (Galtung, 1977, cap. 9), se mantendo essencialmente a mesma por longos períodos, dadas as transformações lentas das bases culturais. (GALTUNG, 1990, p.294, tradução nossa)<sup>15</sup>

#### **4. A apropriação comunitária da violência e o movimento de autodefesa na luta por autonomia**

##### **4.1. A reconstrução dos laços comunitários e a resposta civil**

Ao contrário do que se pode imaginar, a população de Cherán não se manteve inerte ao incremento da violência local e aos processos de dominação paralegal. À medida que os conflitos sociais avançavam, a comunidade se organizou em movimentos de resistência, com distintos níveis de adesão populacional, que, gradativamente, recompuseram os laços de confiança e solidariedade entre os cheranenses.

Devido à perseguição e aos atos de *levantamiento* (prática de agressões físicas e assassinato) contra os resistentes, levados a cabo pelo crime organizado, e até mesmo pelas autoridades policiais, os atos de ação coletiva transitaram ora entre períodos de visibilidade ora de latência (RUIZ, 2015). Neste último, as redes de resistência se articulavam submersas às relações sociais cotidianas e ao criar um espaço construtivo de princípios distintos daqueles que regiam a sociedade, possibilitou a ressignificação da identidade coletiva e o sentimento de pertencimento à uma sociedade alternativa (RUIZ, 2015).

Na sua fase de visibilidade, estes grupos emergiam no cotidiano e se manifestavam contra acontecimentos específicos, enfrentando as autoridades locais. Assim como no período anterior, Ruiz (2015) destaca a importância simbólica dessa fase, uma vez que ela não apenas questiona publicamente o sistema vigente, demonstrando a relação de causa e efeito entre o problema levantado e as autoridades públicas, mas também apresenta a possibilidade de uma nova ordem pública.

Ainda em 2004, parte da comunidade passou a questionar e se opor ao sistema eleitoral

---

<sup>15</sup> *Despite the symmetries there is a basic difference in the time relation of the three concepts of violence. Direct violence is an event; structural violence is a process with ups and downs; cultural violence is an invariant, a 'permanence' (Galtung, 1977, ch. 9), remaining essentially the same for long periods, given the slow transformations of basic culture. (GALTUNG, 1990, p.294)*

até então vigente, reconhecendo a redução de representatividade e aplicação da normatividade indígena nos processos de decisão política em prol dos partidos políticos e interesses individuais. Mesmo que com baixo potencial aglutinador, devido ao divisionismo no interior da comunidade, essas ações coletivas se prorrogaram de forma latente até culminar em sua forma visível, em 2007. Neste ano, não apenas a disputa eleitoral pela prefeitura foi tida como detonador do conflito, mas também o conluio entre o narcotráfico e a esfera estatal.

Sob acusações de fraude eleitoral, o governo PRI foi alvo de diversas ações protagonizadas pela oposição, sobretudo, pelos apoiadores do PRD e do PAS (Partido Alternativa Socialdemócrata y Campeзина), liderado por Leopoldo Juárez Urbina, dissidente do Partido da Revolução Democrática. Para Ruiz (2015, p. 130)

El rechazo social hacia la nueva estructura de gobierno se acentuó por otros problemas: la ineficacia del entonces presidente municipal frente al problema de la escasez y suministro de agua, lo cual constituye un problema histórico regional (Ávila, 1996); los abusos de autoridad por parte de la policía municipal y su presunta relación con el crimen organizado; el crecimiento del abigeato; y el avance sin freno de la tala que había dejado la clandestinidad y tenía lugar durante el día a los ojos de la comunidad, de las autoridades comunales, municipales, estatales y federales.

Diante desta conjuntura, a oposição organizou o *Movimiento de Resistência Civil Pacífica*, em 2008, sob o comando de Leopoldo Urbina, com o objetivo de desconhecer o mandato do PRI e destituí-los da presidência municipal, retomando as tradições comunais para o exercício de governo. De fato, o movimento logrou ocupar a sede da prefeitura, expulsando Roberto Chapina e sua equipe de governo, porém falhou em alcançar os seus propósitos, uma vez que o estado de Michoacán não reconheceu a posse de Chapina como fraudulenta, cujo governo foi mantido até o levante de 2011.

Outra frente do movimento se desenvolveu no combate ao extrativismo ilegal. Para frear a devastação dos bosques comunais, os integrantes do movimento organizavam as *faenas* (trabalhos comunitários) para cavar buracos nas estradas que levavam às florestas, a fim de impedir a chegada dos *narcotalamontes*, ou, pelo menos, dificultá-la. Outra tática adotada foi a formação de postos de vigilância noturna de pontos estratégicos da comunidade. Apesar dos esforços, as ações também não resultaram em êxitos expressivos, pois devido ao estado de insegurança local e a deterioração dos laços comunitários, estas ações eram percebidas com desconfiança pela comunidade (LIMA, 2017).

Em um cenário de escalada das ameaças, perseguições e assassinatos, inclusive do seu líder Leopoldo Juárez Urbina, o movimento progressivamente perdeu força. Ademais, a

indiferença das autoridades estatais em relação aos pedidos de intervenção na segurança pública da região reforçou a desconfiança sobre uma possível aliança entre o setor estatal e o crime organizado, acentuando o temor da população em se organizar contra a ordem vigente. Assim, em 2009 a prefeitura foi desocupada e as ações de oposição direta ao governo paralegal foram desarticuladas, mantendo-se submersas nas relações sociais. Todavia, mesmo sem alcançar os resultados esperados, o *Movimiento de Resistência Civil Pacífica* provocou consequências importantes a longo prazo.

Tanto Ruiz (2015), quanto Lima (2017), concordam ao afirmar que o movimento estimulou a rearticulação das redes de solidariedade, relações de confiança entre as famílias e estratégias de ações coletivas que, em 2011, culminou no levante responsável por expulsar o crime organizado e os partidos políticos de Cherán. O movimento de 2008 contou com uma Comissão de Diálogo, formada pelos próprios *comuneros*, com o intento de ampliar a sua visibilidade e da conjuntura local, e para isso estabeleceu redes de apoio com outras organizações populares, como a *Coordinadora Estudiantil Indígena y Campesina (CEICA)* (RUIZ, 2015). Os resistentes também formaram grupos de trabalho para fornecer à população certos serviços básicos, negligenciados pelo poder municipal e, além disso, reativaram as assembleias comunais e dos bairros para eleger um novo *Representante de Bienes Comunales*, criando um governo paralelo ao municipal, que facilitou a articulação da população em torno de ações coletivas de defesa da comunidade (RUIZ, 2015).

Assim, as relações sociais, baseadas em preceitos comunais, começaram a se rearticular. Pouco a pouco, os problemas locais deixaram de ser vistos como incidentes individuais, mas sim de forma comunitária, ou seja, como questões que atingiam e pertenciam à toda comunidade, mesmo que determinada forma de violência fosse executada sobre um indivíduo apenas. Ruiz aponta que “hacia finales del año 2010, la idea de defender ‘el bosque de la comunidad’ se había extendido en la comunidad, personas que no tenían terrenos en posesión en las zonas en peligro se unieron a la defensa del bosque” (2015, p.158). Neste contexto, as estruturas formalizadas sobre a normatividade comunal adquiriam cada vez mais legitimidade social em detrimento das estruturas estatais oficiais.

Bem como o Estado, o crime organizado não se manteve indiferente a essas mobilizações, que atuou punitivamente contra os participantes do movimento, empregando a violência como instrumento disciplinar e de terror. Assim, inundada por uma sensação de ameaça permanente, a população se encontrava acuada entre dois extremos. De um lado, a

brutalidade e a agressividade do crime organizado e, do outro, a omissão e a inércia do Estado, que pouco, ou nada, fez para proteger o povo local. Frente a esse cenário, o movimento novamente enfraqueceu, retomando força em abril de 2011.

#### **4.2. 15 de abril de 2011: o levante das forças de autodefesas comunais**

Conforme demonstrado até aqui, o íterim de 2008 a 2012 é considerado um dos períodos mais violentos em Cherán (GASPARELLO, 2018a), especialmente, sobre os *comuneros* e *comuneras* que contestavam as forças paralegais. Estrada (2014) ilustra a situação:

Cuando en febrero de 2009 el Comisariado Comunal de Cherán, la Asamblea que coordina el uso de las tierras colectivas, intentó impedir el paso de los talamontes realizando zanjas en los caminos, la maquinaria fue destrozada y su dirigente desaparecido. Desde entonces, los comuneros [...], han sido amenazados, trece de ellos han sido secuestrados, cinco desaparecidos y al menos 15 han muerto en manos de los grupos paramilitares del ‘narco’. (2014, p.104)

Muitos foram, portanto, os motivos que acionaram a organização das forças de autodefesa da comunidade, como: a violência direta e indireta; o extrativismo ilegal; a desconstrução dos bosques comunais para a monocultura de abacate; a humilhação e o medo; e a inação do Estado, tanto na figura municipal quanto estatal. Todavia, meses antes da irrupção das autodefesas, diversos autores<sup>16</sup> assinalam o avanço da devastação florestal sobre o manancial de *La Cofradía* e a violência contra as mulheres, que estiveram à frente do movimento, como os seus detonadores principais.

No início do mês de abril, os *narcotalamontes* iniciaram sua investida na área ao entorno do manancial, que não apenas protege e garante a fonte de água usada para o abastecimento da cidade, como também é considerado um espaço sagrado para os Purépecha, uma vez que, segundo a sua cosmovisão, as divindades cultuadas por eles são fruto dos elementos fundamentais da natureza, entre eles, a água (GARCÍA, 2008). Ademais, sendo um recurso historicamente escasso na região, o abastecimento de água da comunidade através de *La Cofradía* é possível graças ao manejo comunitário da água, no qual a mulher possui protagonismo importante por estar diretamente ligada ao manejo e distribuição do recurso às famílias.

---

<sup>16</sup> As afirmações são baseadas em entrevistas feitas com a população cheranense, durante trabalho de campo. Consultar: DÁVILA, 2015; LIMA, 2017; ORTEGA, 2014, RUIZ, 2015.



Ao questionarem os grupos criminosos quanto às suas ações no manancial, as mulheres se tornaram alvos constantes de ameaças, o que, porém, impulsionou a luta das mulheres. Ruíz (2015) demonstra a relação entre os fatos, a partir do relato de *comuneras*:

En pocos días, llegaron al ojo de agua tumbaron cuatro de los pinos “viejos” proveedores de agua de la comunidad. “Bien sabemos que para nosotros los p’urhépecha los manantiales es algo sagrado, fueron trastocadas áreas que nosotros respetamos, que nunca se cortaba ningún tipo de árbol, pues fueron mutilados árboles en esos espacios y es cuando la gente dice: ya basta, *sesi jauatia*, *sesi jarhastia*, ya estuvo bueno” (R.G.H. 26/11/2012). Entonces las mujeres dijeron “se va a secar el agua, porque quitando un árbol de ahí se seca el agua” recuerda doña Sofía (S.C. 1/10/2012). Las amenazas y burlas se tornaron más abiertas en contra de las mujeres de la comunidad, “decían que se iban a llevar a las muchachas pa venderlas. Decían acabándose el bosque seguimos con las mujeres” (I.J.H. 29/10/2012), “rebasaron la línea de respeto” (S.C. 1/10/2012). (2015, p.172, grifo do autor)

O movimento, inicialmente, intitulado como “Ya basta”, teve início no dia 13 de abril de 2011, em que *comuneras* se organizaram para realizar panfletagem em alguns pontos da comunidade, convidando a população para uma ação de represália contra os grupos criminosos, prevista para o dia 16 e 17 de abril (LIMA, 2017). Não se sabe ao certo, porém, qual era a data reservada para a ação, uma vez que uma das estratégias das *comuneras* foi espalhar rumores pela comunidade de que os eventos aconteceriam em datas distintas ao que estava sendo efetivamente planejado. Assim, o conflito irrompeu na madrugada do dia 15 de abril de 2011, quando três mulheres se reuniram em frente à igreja de *El Calvario*, localizada na capital municipal, para impedir que os madeireiros deixassem a cidade com as cargas ilegais extraídas da floresta. Para isso, com paus e pedras em mãos, as mulheres criaram barricadas no trajeto realizado pelos caminhões e se colocaram contra os seus dirigentes para capturá-los (RUIZ, 2015).

Rapidamente, percebendo a agitação ao redor da igreja, outras *comuneras* e *comuneros* de diversas idades aderiram ao movimento e os pontos de tensão se alastraram para outras localidades da comunidade. De acordo com Ruíz, “[...] el objetivo de defender a la comunidad, las formas de participación, las formas de comunicación, las relaciones de parentesco y amistad fueron uniendo a los comuneros” (2015, p.176), estabelecendo de vez os laços comunitários e as relações de solidariedade em Cherán.

Como resultado imediato, cinco madeireiros ilegais foram detidos, enquanto a maioria conseguiu fugir da cidade (LIMA, 2017). O movimento, que se iniciou de maneira relativamente espontânea, logo cobrou maior organização estratégica. Ao tomar ciência do que ocorria nas ruas da cidade, a autoridade municipal e as forças policiais se voltaram contra a população resistente, tentando resgatar os indivíduos detidos e desmobilizar o povo local.

Todavia, as tentativas foram frustradas, dado a precipitação do movimento em bloquear os acessos à comunidade, impedindo a chegada de reforços policiais e dos aliados dos grupos criminosos para enfrentar o grupo civil. As barricadas, porém, não impediram totalmente os enfrentamentos violentos no entorno da comunidade, que se manteve fechada por aproximadamente seis meses após o Levante, permitindo a entrada e saída de poucos residentes (RUIZ, 2015). Ato que impactou ainda mais o quadro socioeconômico, já precário, de Cherán.

É importante ressaltar que as decisões do movimento, e as instituições que dali emergiram, foram implementadas comunitariamente, com base em tradições culturais do povo Purépecha (DÁVILA, 2015; RUÍZ, 2015). Foi sob a dinâmica coletiva, portanto, que o movimento decidiu sobre a reativação das *fogatas*, das rondas comunitárias, e a expulsão dos partidos políticos. As *fogatas* foram organizadas como pontos de vigilância nas esquinas dos quatro bairros da comunidade, onde a população se reunia em torno de uma fogueira para deliberar sobre as próximas ações do movimento, além de ser um espaço de segurança e convívio social. Nas *fogatas*, mulheres e homens de diferentes gerações e famílias se uniam através do trabalho comunitário para realizar as tarefas de vigilância, alimentação e cuidados, contribuindo para a superação de antigos conflitos entre famílias e vizinhos e, assim, fortalecendo um espaço de trocas de conhecimento e deliberações respeitadas. Segundo Dávila,

[...] las fogatas se convirtieron en el centro de toma de decisiones consensadas de la comunidad incorporando un pensamiento de carácter colectivo. [...] en las fogatas se decidieron acciones, acuerdos, y se permitió ejercer una “verdadera democracia,” a través de la participación política de toda la comunidad por lo que se les considera las “células del movimiento” (Ibid., 2015, p. 9)

Assim, as *fogatas*<sup>17</sup> foram fundamentais para os logros do movimento, uma vez que se configuraram no ambiente imediato de tomada de decisões estratégicas, que, posteriormente, eram votadas nas assembleias de bairro e, então, gerais. Foram nelas que a comunidade decidiu pela articulação das forças de autodefesa, conhecidas como rondas comunitárias, desconhecendo a autoridade da polícia municipal como instituição de segurança, que logo se retirou da cidade junto ao prefeito. Responsáveis pela segurança da comunidade, a organização se dividiu em duas frentes: as Rondas Comunitárias, voltadas para patrulhamento dos civis e das zonas urbanas e rurais; e os *guardabosques*, incumbidos de assegurar os bosques comunais. As organizações, que se tornaram forças de segurança permanente com a instauração do

<sup>17</sup> Os autores divergem quanto ao número de *fogatas* existentes nesse período, no entanto, neste trabalho considera-se o número apresentado por Lima (2017), por se basear em documento oficial expedido pelo *Concejo Mayor de Gobierno Comunal de Cheran K'eri*. Assim, em 2011 estima-se 194 *fogatas* distribuídas pelos quatro bairros do município.

governo autônomo, são compostas por membros voluntários do gênero masculino e feminino com participação rotativa (DÁVILA, 2015).

Segundo Ortega (2014), a partir das discussões ocorridas nas *fogatas*, os integrantes do Levante reconheceram a necessidade de organizar uma comissão central para alinhar as demandas internamente e dialogá-las com o Estado. Desse modo, durante a Assembleia Geral, nomearam a *Coordinación General del Movimiento de Lucha (CGM)*, integrada por representantes dos quatro bairros. Respondendo às problemáticas diárias da comunidade, a CGM administrou outras comissões, como: a comissão das *fogatas*, honra e justiça, imprensa e comunicação, alimentos, agricultura e pecuária, finanças, comércio, educação e cultura, identidade, juventude, florestal, hídrica, saneamento e saúde (ARAGÓN, 2013).

Outra determinação discutida pela comunidade, igualmente importante para o movimento, foi a revogação dos partidos políticos da comunidade e a empreitada para a consecução do autogoverno. Longe de ser um posicionamento abrupto, a decisão refletia a conjuntura enfrentada pelo povo local já desde as eleições de 2007. Primeiro, o cenário de divisionismo e rivalidade entre as famílias cheranenses, em decorrência das disputas eleitorais com base nos partidos políticos que suprimiram a normatividade comunal, em voga desde 1989. Isto é, a população local reconhecia os partidos como os responsáveis pelo esfacelamento dos laços comunais o que, por sua vez, propiciou o assentamento do crime organizado no município (RUIZ, 2015).

O repúdio às representatividades estatais também reverberou as relações ocultas entre os atores citados, resultando em quadros de violência, onde a população havia perdido sua voz. Mesmo após inúmeras recorrências ao Estado, tanto a nível municipal, quanto estadual e federal, as violações aos direitos humanos e coletivos se mantiveram, revelando um Estado corrupto, desinteressado em atender às necessidades locais em prol da manutenção das alianças paralegais e das redes de lucratividade. Assim, a proposta de conceber um governo autônomo, através do desconhecimento da figura municipal estatal e, em seu lugar, a implementação do regimento por *usos y costumbres* foi colocada em votação na Assembleia Geral do dia primeiro de junho de 2011 (ESTRADA, 2014).

#### **4.3. As estratégias na luta por autonomia: saídas e entradas da legalidade**

No processo autonômico de Cherán, a apropriação comunitária da violência e da defesa deve ser entendida como o passo inicial e que possibilitou a reorganização sociopolítica da comunidade, a partir dos preceitos do povo Purépecha, e o afastamento das células do crime

organizado do município, objetivo embrionário do movimento. De acordo com Díaz (2018), as autodefesas em Cherán também demarcam processos contenciosos na *zona cinza*, pois disputam o uso legítimo da força com o Estado, “suspendendo ou restabelecendo a lei num sentido oportuno da conjuntura” (DÍAZ, 2018, p. 295). Todavia, suas ações voltaram-se também às atividades do crime organizado, assim como à própria ordem de indistinção concebida pelo conluio entre os dois atores.

Com base nas discussões elencadas por Elsa Dorlin (2020), a estratégia inicial adotada por parte da comunidade pode ser compreendida como a dinâmica de passagem direta para a violência. Nesse sentido,

[...] a “passagem à violência” – ação direta e reivindicação sem tréguas – é indissociável da percepção de que a exigência da igualdade civil e cívica não pode ser dirigida pacificamente ao Estado, o principal instigador da desigualdade; de que é inútil demandar justiça ao Estado, a primeira instância a institucionalizar a injustiça social, razão pela qual é ilusório colocar-se sob sua proteção, uma vez que ele produz ou sustenta os mesmos dispositivos que nos tornam vulneráveis; de que é mesmo insensato confiar ele para *nos* defender, pois ele é justo o responsável por armar aqueles que *nos* golpeiam. (DORLIN, 2020, p.102, grifo da autora)

Pode-se afirmar, assim, que a passagem ilustra os elementos presentes na conjuntura vivenciada pelo povo local no município, dado que o Estado não só ignorou os pedidos de ajuda e por justiça da população, como também se articulou com grupos narcotraficantes. A partir disso, o próprio Estado auxiliou no gerenciamento de uma ordem de despojo e injustiças sociais (violência estrutural), expondo a população as vulnerabilidades econômica, social e, até mesmo, cultural. Nesse contexto, a resposta civil se articulou em um primeiro momento, apartada das instituições legais estatais, através do uso direto da violência pelos grupos de autodefesa.

Para Judith Butler (2020), a violência é entendida por Dorlin como uma ferramenta necessária dos movimentos de autodefesa para superar as ordens sociais de submissão e exploração que retiram do sujeito político a sua própria condição de ser, ou seja,

[...] a violência como ato de autoconstituição necessário a pessoas cujas vidas são vividas nas sombras da negação [...] - uma forma de violência não para destruir um outro, mas para se contrapor à matriz de inteligibilidade que impede que minorias se tornem sujeitos com direito sobre a própria vida. (BUTLER, 2020, p.10).

Todavia, em um segundo momento, após a dissolução da estrutura municipal oficial, o movimento volta-se às esferas legais, recorrendo ao Instituto Eleitoral de Michoacán (IEM) para reconhecer o direito de organização das eleições locais a partir dos usos e costumes e, assim, construir uma nova ordem local. Aproveitando-se da conjuntura de incerteza política, tendo em vista o processo eleitoral municipal e estadual que ocorreriam no estado de Michoacán

em novembro de 2011, a CGM solicitou ao IEM a demanda pela renúncia do prefeito em exercício e pela formação de um governo comunitário em agosto de 2011 (ESTRADA, 2014).

A petição da CMG, representando o povo Purépecha de Cherán, amparava-se tanto na Constituição Nacional do Estado do México, no artigo 1º e 2º, quanto na Convenção nº 169 sobre Povos Indígenas e Tribais da Organização Internacional do Trabalho (OIT)<sup>18</sup>, ratificada pelo México em 1991, conforme expõe o próprio Acordo N° CG-38/2011 do Conselho Geral do IEM (2011); normas relacionadas à autodeterminação dos povos originários e o reconhecimento de suas instituições.

O IEM, por sua vez, - “un órgano público autónomo, dotado de personalidad jurídica y patrimonio propios que tiene cuya función es la de organizar las elecciones y los ejercicios de participación ciudadana que contemplan las leyes electorales.” (MICHOACÁN, 2018) - alegou que:

responsable de la función estatal de organizar las elecciones, debiendo sujetar sus actividades a los principios de certeza, legalidad, objetividad, imparcialidad, independencia, equidad y profesionalismo; por tanto, al ser un órgano de legalidad, carece de facultades para aplicar el control de convencionalidad, a que refiere el artículo 1º de la Constitución Política de los Estados Unidos Mexicanos; es decir aplicar tratados internacionales, en los términos que lo proponen los peticionarios. (2011, p. 13)

Ou seja, conforme explica Aragón (2013), a instituição declarou não dispor da competência para atender à demanda de Cherán, pois por ser um órgão de legalidade, responsável por acompanhar a conformidade dos atos administrativos às leis de nível estadual, não poderia autorizar um processo eleitoral com base na Constituição Nacional, sobretudo, na Convenção nº 169, por se tratarem de normas de cunho constitucional. Assim sendo, a comunidade deveria seguir o Código Eleitoral de Michoacán, que até então não contemplava explicitamente o direito aos povos originários de realizar suas eleições através dos seus usos e costumes (ARAGÓN, 2015).

Frente a negativa do IEM, o movimento, junto aos advogados que o representavam, decidiu levar o caso à Sala Superior do *Tribunal Electoral del Poder Judicial de la Federación* (TEPJF), culminando na sentença SUP-JDC-9167/2011, de novembro de 2011. Mesmo com as diversas tentativas de deslegitimação e desmobilização do movimento por parte de uma elite política local ligada aos partidos políticos, pelo próprio IEM e por parcela da mídia, o TEPJF julgou favorável a realização das eleições municipais através dos usos e costumes Purépecha e

---

<sup>18</sup> Cf. Convenção nº 169 sobre Povos Indígenas e Tribais, 1989, arts. 1º, 2º, 5º, 6º, 8º e 13º.

o regimento da comunidade pelas instituições históricas deste povo. A sentença ditava, ainda, que o IEM deveria realizar uma consulta<sup>19</sup> pública com a comunidade sobre a aceitação dos habitantes pelas eleições sob usos e costumes e o método através do qual elas seriam realizadas.

De acordo com Aragón (2013), um dos advogados do movimento, a articulação entre as três esferas do direito - o internacional, nacional e local, representado pelos usos e costumes - foi essencial para construir uma margem de manobra contra os opositores. Nesse sentido, Aragón (2013) afirma que a participação das *comuneras* e *comuneros* como sujeitos ativos na formulação da estratégia legal teve alto impacto, pois eram eles que tinham o conhecimento e vivência acerca dos problemas que os acometiam, sendo, portanto, capazes de expressá-los precisamente ao júri.

No final de novembro, o IEM iniciou as negociações com a comunidade para definir os processos de consulta sobre a eleição municipal através dos usos e costumes, ocorrendo no dia 18 de dezembro. A instituição consultou Santa Cruz Tanaco, que se absteve na votação, e os quatro bairros de San Francisco de Cherán, totalizando 4.864 pessoas a favor e 8 contra<sup>20</sup>. Internamente, a comunidade iniciou os processos de indicação dos membros que comporiam o Concejo Mayor de Gobierno, autoridade formal da comunidade frente ao Estado. Os integrantes do Conselho, denominados *K'eris*, foram indicados pelos próprios *comuneros* e *comuneras* nas *fogatas* e, então, eleitos nas assembleias de bairro, em janeiro de 2012. O Conselho formado por doze conselheiros, três representantes de cada um dos quatro bairros, tomou posse legal em 5 de fevereiro de 2012 (ESCAMILA, 2016; LIMA, 2017).

#### **4.4. Reorganização política de Cherán**

A ascensão de um sistema normativo outro na comunidade demarcou a vitória do movimento de resistência Purépecha, ainda que em nível local, frente ao Estado, instituição que auxiliou a perpetuar uma conjuntura predatória das condições econômicas do povo local, suas tradições comunais e processos de sociabilidade. Mesmo antes do reconhecimento legal do governo comunal, a comunidade já discutia nas *fogatas* a sua nova estrutura, consagrada no *Plan de Desarrollo Comunal 2012-2015*, ressignificando antigas tradições e criando outras, tendo em vista as necessidades do tempo presente (RUIZ, 2015). Conforme atestado no documento (2012):

---

<sup>19</sup> A própria consulta, levada a cabo pelo IEM, cumpriu-se sobre as determinações Purépechas. Seguindo o rito político de decisão nas Assembleias de bairro e votação pública, a adesão às propostas eram expressas levantando a mão.

<sup>20</sup> Dados oficiais do Instituto Eleitoral de Michoacán publicados na Revista *Expresiones* (2012, p.132).

Cherán ha definido una estructura de gobierno tal, que su estructura organizacional demuestra la participación con sentido comunitario del gobierno municipal. Las capacidades de gobierno encuentran un fuerte basamento en la experiencia ancestral de nuestros usos y costumbres. [...] El respeto y defensa de los derechos de nuestro pueblo y en general de los derechos humanos en nuestro municipio serán eje básico de la política de gobierno comunitario. (Plan de Desarrollo Comunal 2012-2015, 2012, p. 63)

O documento firma também que os

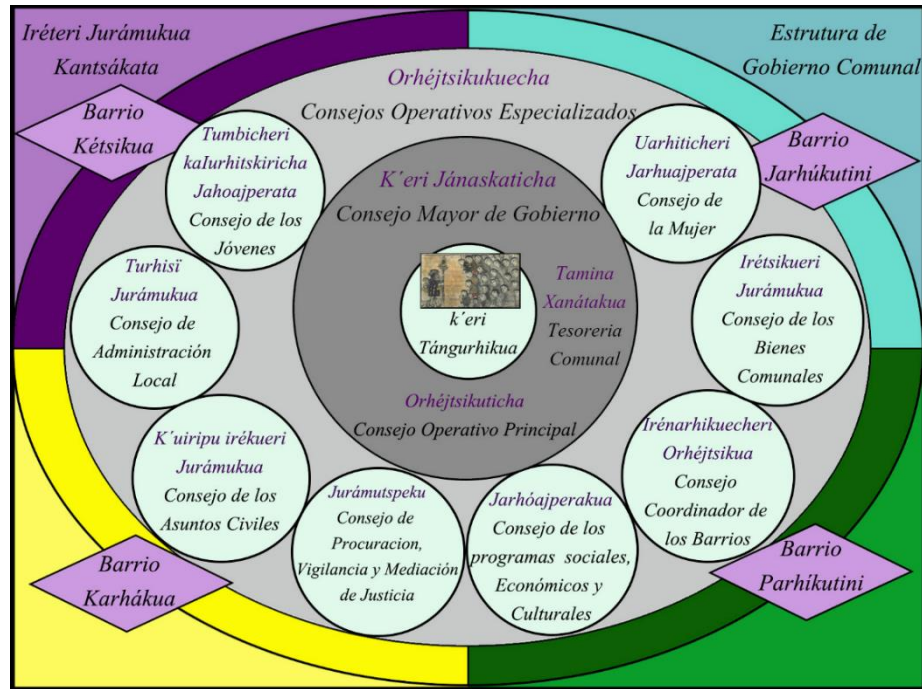
"usos y costumbres de nuestra comunidad de Cherán", son aquellos elementos de normatividad p'urhépecha, que rigen todos los aspectos de la convivencia social y política, es decir, las reglas que determinan el actuar de los comuneros en lo personal, familiar y en la vida social comunitaria; [...] reglas que sustentan las instituciones políticas, sociales, económicas y culturales de la comunidad; normas que establecen los procedimientos para la toma de decisiones y nombramiento para los cargos y responsabilidades; y principios que orientan los juicios de valoración ante los intereses a resolver, mediar y armonizar entre los habitantes de la comunidad. (Plan de Desarrollo Comunal 2012-2015, 2012, p. 64)

Sob estes princípios da tradição Purépecha, a comunidade estabeleceu uma estrutura de governo horizontal, na qual o processo decisório pauta-se não em relações hierárquicas de poder, mas sim na participação ativa e direta de todos os cidadãos<sup>21</sup> cheranenses (RUIZ, 2015), cujas vozes e direito de voto estão presentes, igualmente, em todas as esferas operacionais do governo. A partir de 2012, o novo governo comunal passou, então, a ser composto por seis instâncias principais, são elas: a Assembleia de Bairro, Assembleia da Comunidade, Conselho Maior, Tesouraria Comunal, o Conselho Operativo Principal e os Conselhos Operativos Especiais.

**Imagem 2** - Estrutura do Governo Comunal de Cherán K'eri 2018-2021

---

<sup>21</sup> A comunidade define o indivíduo como *ciudadão* não apenas a partir de critérios identitários e de pertencimento, mas também aquele que assiste aos seus direitos e deveres enquanto residente local; que conhece, respeita e exerce os princípios tradicionais comunitários. Conhecido como "*Ireti*", o cidadão é aquele que "es originario o los que viven y hacen comunidad" (Plan de Desarrollo Comunal 2012-2015, 2012, p.64) e adquire este atributo ao consagrar o matrimônio, instituição de extrema importância para os Purépecha. É a partir desta, independente da sua idade, que o indivíduo passa a ter o direito de voto e de ocupar cargos públicos.



Fonte: Página do Concejo Mayor de Gobierno Comunal de Cherán K'eri 2018-2021, 2018.

Situadas logo após a própria condição de cidadão - considerada a primeira instância de participação política do indivíduo - as Assembleias de Bairro<sup>22</sup> são postas como o segundo nível decisório e unidade política. Caracterizadas como o órgão de autoridade máxima de cada um dos quatro bairros da comunidade, elas desempenham papel importante no funcionamento da democracia participativa indígena de Cherán (Plan de Desarrollo Comunal 2012-2015, 2012), pois são nelas que os cidadãos deliberam sobre as ações a serem implementadas na comunidade - propostas nas *fogatas* -, além de indicarem os candidatos para compor o Conselho Maior.

A fim de garantir a representação igualitária das unidades políticas, são nomeados três conselheiros dos quatro bairros respectivos, que, após eleitos e aprovados pela Assembleia Comunal, compõem o Conselho Maior<sup>23</sup>. O Conselho é responsável por propor e assegurar as demandas e necessidades do bairro representado frente à Assembleia Comunal. Ademais, o órgão também é responsável por acompanhar os Conselhos Operativos Especializados e desenvolver o Plano Integral de Desenvolvimento Comunal, submetendo à aprovação da Assembleia Comunal.

A Assembleia Comunal – *Asamblea de la Comunidad*<sup>24</sup> – representa a autoridade máxima de Cherán, uma instância pública aberta à participação de todos os cidadãos da

<sup>22</sup> Cf. Plan de Desarrollo Comunal 2012-2015, 2012, p. 64-65.

<sup>23</sup> Cf. *Ibid.*, p. 77.

<sup>24</sup> Cf. *Ibid.*, p. 76-77.



comunidade. Sua função é, sobretudo, analisar, debater e ratificar, ou não, as propostas políticas e nomeações dos funcionários públicos deliberados nas outras instâncias governamentais. Sob a nova estrutura comunal, o povo é o detentor último do poder decisório, visando evitar a centralização das decisões em apenas certas autoridades, como ocorria com a estrutura política partidária, e, conseqüentemente, a cooptação das instituições para privilegiar interesses privados. Conforme discorre o relato de Gabino Bacilio Campos, *k'eri* do bairro quatro do Conselho Maior à época:

“Nosotros tenemos el mandato de obedecer al pueblo, el pueblo es el que manda, no uno, a uno lo pusieron para servirle al pueblo, no para servirse del pueblo como hicieron antes otros, nosotros tenemos que ser como es la comunidad, como mande el pueblo nosotros tenemos que obedecer, en ese entendido estoy yo, y los demás compañeros” (G.B. 14/10/2012) (RUIZ, 2015, p.228)

Quanto à Tesouraria Comunal<sup>25</sup>, o órgão administrativo é composto por quatro gestores eleitos pelas Assembleias de bairro e ratificados, novamente, pela Assembleia Comunal. Tem a incumbência de gerenciar os recursos públicos, tanto internamente, quanto ao governo de Michoacán. Já o Conselho Operativo Principal<sup>26</sup> visa analisar e propor políticas públicas, elaborando o Plano Integral de Desenvolvimento Comunal a partir das contribuições das Assembleias de bairro, *fogatas* e Conselhos Operativos Especializados.

Ao longo das diferentes gestões, o governo comunal de Cherán diversificou os Conselhos Operativos Especializados<sup>27</sup>, concebidos, atualmente, de acordo com a Imagem 2, respondendo aos problemas identificados pela comunidade. A medida corresponde aos esforços empregados pela comunidade na consolidação do governo autônomo, haja vista as dificuldades enfrentadas localmente ainda hoje. Uma das questões levantadas por Dávila (2015) e Lima (2017) é a desigualdade de gênero que leva à uma baixa representatividade da mulher nas esferas governamentais, ainda que as mulheres tenham sido umas das principais protagonistas durante o levante, em 2011. Outros problemas, como a marginalização política e econômica de certos setores sociais, sobretudo dos habitantes de Santa Cruz Tanaco, e a insegurança nos municípios circundantes à Cherán também são colocados pelos autores como obstáculos à efetivação do governo comunal. Em 2015, 81,93% da população vivia em situação de pobreza e destes, 35% em situação de extrema pobreza (CONEVAL, 2015).

---

<sup>25</sup> Cf. *Ibid.*, p. 77-78.

<sup>26</sup> Cf. *Ibid.*, p. 78.

<sup>27</sup> Em 2012, o governo contava com seis Conselhos Operativos Especializados: Conselho de Administração local; dos Assuntos Cívicos; Procuração, Vigilância e Mediação de Justiça; Administração de Programas Sociais, Econômicos e Culturais; Coordenação dos Bairros; e de Bens Comuns.

Apesar das questões pontuadas, é inegável que a comunidade de Cherán obteve logros importantes em face aos atores e instituições, como o narcotráfico e ao extrativismo neoliberal, que ameaçavam a existência do povo local e de suas tradições. Para tal, a apropriação comunitária da defesa e da segurança foram essenciais para assegurar às *comuneras* e *comuneros* a revitalização dos laços comunitários e de solidariedade, fundamentando uma nova relação material e política com o território a partir de concepções próprias de desenvolvimento. Segundo o *Plan de Desarrollo Municipal (2015-2018)*:

El 15 de Abril de 2011 representa para nuestra comunidad el proceso de re-vivir y re-existir dentro del contexto de crisis que se presenta a nivel mundial y local. El proceso de resistencia que emprendimos como pueblo originario, nos lleva a la necesidad de recuperar y ejercer nuestros derechos como comunidades originarias concretado en el ejercicio de gobierno comunal en base a nuestra forma de vivir o sistema normativo.

[...]

Las formas, las estrategias y las orientaciones sobre las que se construye el modelo de gestión de desarrollo, sin duda tendrá que partir de la revisión crítica, el replanteamiento y hasta la sustitución de una serie de paradigmas y modelos hasta ahora predominantes en esta materia.

Este proceso necesariamente tendrá como punto de partida y referencia básica la identidad, la cultura y cosmovisión, los recursos, las tradiciones, los usos y costumbres propias de nuestra comunidad purépecha de Cherán. (Ibid., 2015, p.2-4)

## 5. Considerações Finais

O caminho desenvolvido por esta pesquisa propôs-se compreender e analisar os elementos que levaram à insurgência das autodefesas de Cherán, em um primeiro momento, voltadas à segurança territorial e física imediata. A rearticulação das relações sociais, por outro lado, possibilitou a reapropriação comunal do território seguida pela reconfiguração da ordem local de poder sob a lógica tradicional do povo Purépecha. Nesse sentido, o trabalho buscou demonstrar como a dinamização das atividades do narcotráfico, ainda nos anos 1990, através da sua inserção na cadeia internacional e correspondendo às políticas de segurança pública e econômicas federais, levou os grupos criminosos a operarem sobre uma nova lógica, para qual a cooptação das instituições estatais e o uso da violência foram essenciais para a sua funcionalidade em Michoacán.

Situação que se difundiu também em Cherán, os grupos criminosos, localizados em uma zona cinza - onde a governabilidade ilegal destes se confunde com a do Estado -, erigiram estruturas de poder onde a violência era exercida sobre os corpos da população seja de maneira

direta, como: espancamentos, torturas, sequestros, estupros e assassinatos; psicológica, através da ameaça do uso iminente da violência; além daquela Estrutural e Cultural, como postula Gasparello (2018a). Nesta conjuntura, o medo, a insegurança e a desconfiança se alastraram pela comunidade, inclusive no âmbito familiar, impactando as relações entre o povo Purépecha e o seu território, essenciais para os povos originários.

Frente à negligência do Estado em lidar com a insegurança que se instalara, seja pela sua incapacidade, seja pela aliança formada com os narcotraficantes, a população cheranense se mobilizou numerosas vezes visando, sobretudo, viabilizar a sua permanência pacífica no território de Cherán. Dado à condição de conflitividade e faccionalismo na comunidade, a irrupção do Levante comunal de Cherán, em 15 de abril de 2011, só se tornou viável após a reconstrução dos laços sociais e de confiança entre os *comuneros* e *comuneras*. Dessa forma, o movimento das autodefesas indígenas em Cherán surge como uma resposta comunitária à violência praticada pelos narcotraficantes, reformulando antigas tradições do povo Purépecha, pelas quais as *fogatas* se colocam como instrumento primordial da ação coletiva. Empreendendo uma nova forma de produção da segurança, a comunidade de Cherán logrou não só destituir a zona cinza, mas também a substituir por um governo autônomo, em voga desde 5 de fevereiro de 2012, para qual o uso do Direito foi fundamental.

Sem pretensões de esgotar o tema, ressalta-se a necessidade de continuidade dos estudos sobre os movimentos de resistência das autodefesas de Cherán e não apenas deste, mas daqueles que se alastram pela América Latina. É preciso, no entanto, atentar-se às especificidades sociais, políticas e econômicas de cada localidade estudada, ainda que a conjuntura regional aponte para o desrespeito dos direitos humanos das minorias étnicas e territoriais, onde opera uma economia capitalista neoliberal e extrativista, atuando em conjunto com certas organizações ilegais e instituições estatais. Devido ao recorte temporal e a estrutura formal deste artigo, certos elementos apresentados foram abordados de forma sucinta, como a implementação das políticas neoliberais pelo Estado mexicano a partir da década de 1980 e a atual configuração e problemas do governo comunal de Cherán, todavia o trabalho ainda assim pode contribuir para desenvolvimento de pesquisas futuras no campo, uma vez que expõe os acontecimentos basilares que permitem a compreensão da conjuntura local e os desdobramentos do levante do povo Purépecha.

## 6. Referências Bibliográficas

- AGAMBEN, Giorgio. Estado de exceção como paradigma de governo. In: AGAMBEN, Giorgio. Estado de Exceção. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.
- ARAGÓN Andrade, Orlando. El Derecho en Insurrección: El uso contra-hegemónico del derecho en el movimiento purépecha de cherán. Revista De Estudios E Pesquisas Sobre As Américas, v. 7, n. 2, p. 37-69, 2014.
- BOQUERA, María Luisa España; CHAMPO-JIMÉNEZ, Omar. Proceso de deforestación en el municipio de Cherán, Michoacán, México (2006-2012). Madera y Bosques, Michoacán, v. 22, n. 1, p. 141-153, 2016.
- BURGOS, Denisse Román. El espejismo del orden: etnografía histórica sobre política local en Cherán, Michoacán (1856-2014). 2014. 367 f. Tese (Doutorado) - Curso de Antropología Social, Centro de Estudios Antropológicos, El Colegio de Michoacan, A.C., Zamora, 2014. Cap. 1.
- CAMÍN, Héctor Aguilar. La captura criminal del Estado. 2015. Disponível em: <https://www.nexos.com.mx/?p=23798>. Acesso em: 22 mar. 2021.
- CAMPO, Noelia Alegre; ZANABRIA, Víctor Manuel Figueras. Autodefensas y policías comunitarias en Michoacán. In: ZANABRIA, Víctor Manuel Figueras; SANTIAGO, Orlando Espinosa (org.). Violencia y gobierno en el México democrático: experiencias subnacionales, 2007-2018. Toluca: Instituto Electoral del Estado de México, 2019. p. 61-84.
- CASTAÑEDA, Jorge. México deu só um passo rumo à democracia. Folha de São Paulo. São Paulo, 20 jul. 1997. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1997/7/20/mundo/16.html>. Acesso em: 17 mar. 2021.
- CHERÁN K'ERI. Estructura Orgánica de Gobierno Comunal de Cherán K'eri 2018-2021. Disponível em: <http://www.concejomayor.gob.mx/gobierno.html>. Acesso em: 10 jun. 2021.
- CHERÁN K'ERI. Gobierno Comunal de Cherán. *Plan de Desarrollo Municipal 2012-2015*, 2012.
- CHERÁN K'ERI. Gobierno Comunal de Cherán. *Plan de Desarrollo Municipal 2015-2018*, 2015.
- CONVENÇÃO N.169 sobre Povos Indígenas e Tribais. 1989. Disponível em: [https://www.ilo.org/brasil/convencoes/WCMS\\_236247/lang--pt/index.htm](https://www.ilo.org/brasil/convencoes/WCMS_236247/lang--pt/index.htm)
- DATAMÉXICO. Cherán. Disponível em: <https://datamexico.org/es/profile/geo/cheran?indicatorCensus=Total%20Income&quarterOccupationSelector1=20194&quarterOccupationSelector2=20204&redirect=true&yearCensus=2019>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- DÁVILA, Lorena Ojeda. Cherán: el poder del consenso y las políticas comunitarias. Política Común, [S.L.], v. 7, n. 1, p. 1-18, jul. 2015. University of Michigan Library
- DÍAZ, Antonio Fuentes. A zona cinza: ordem criminoso e autodefesa armada no México. Tempo Social, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 277-299, jul. 2018.

DÍAZ, Antonio Fuentes. Violência e apropriações comunitárias da segurança e justiça no México. *Dilemas*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 479-501, dez. 2017.

DORLIN, Elsa. *Autodefesa: uma filosofia da violência*. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

ESCAMILLA, Rodrigo José Pinto. *La Parangua: institución instituyente en la autonomía de Cherán*. 2016. 183 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Filosofía e Ciências Sociais, Departamento de Filosofía y Humanidades, Instituto Tecnológico y de Estudios Superiores de Occidente, San Pedro Tlaquepaque, Jalisco, 2016. Cap. 1.

ESTRADA, Miguel Mandujano. *La primavera P'urhépecha: resistencia y buen gobierno en Cherán K'eri*. *Revista de Filosofía*, Barcelona, v. 9, n. 2, p. 103-112, jan. 2014.

GALTUNG, Johan. *Violence, Peace, and Peace Research*. *Journal of Peace Research*, Londres, v. 6, n. 3, p. 167-191, 1969.

GALTUNG, Johan. *Cultural Violence*. *Journal of Peace Research*, Londres, v. 27, n. 3, p. 291-305, ago. 1990.

GARCÍA, Patricia Ávila. *La cultura del agua en los pueblos indígenas de la Meseta Purépecha*. In: OSORIO, Israel Sandre; MURILLO, Daniel (ed.). *Água y Diversidad cultural en Mexico*. Montevidéo: Unesco, 2008. p. 39-53.

GASPARELLO, Giovanna. *Análisis del conflicto y de la violencia en Cherán, Michoacán*. *Relaciones Estudios de Historia y Sociedad*, [S.L.], v. 39, n. 155, p. 77-112, 28 abr. 2018a.

GASPARELLO, Giovanna. *Conflicto, respuestas comunitarias a la violencia y formación de paz en Cherán, Michoacán*. *Revista de Cultura de Paz*, Ecuador, v. 2, p. 191-214, dez. 2018b.

LIMA, Jonatas Pinto. *Cherán: processos políticos e autogoverno em um município indígena*. 2017. 123 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Extensão Rural, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2017.

MALDONADO, Salvador Aranda. *Drogas, violencia y militarización en el México rural: El caso de Michoacán*. *Revista Mexicana de Sociología*, México, D.F, p. 5-39, mar.2012.

MARTÍNEZ, Dália; PADGETT, Humberto. *Aguacate: "oro verde" de los templarios*. "Oro verde" de los Templarios. 2013. Disponível em: <https://www.sinembargo.mx/11-10-2013/780868>. Acesso em: 23 abr. 2021.

MERCADANTE, Maria Aparecida Felix. *Da Guerra às Drogas ao Plano Colômbia: uma agenda securitária dos Estados Unidos para a América do Sul*. Neiba: Núcleo de Estudos Internacionais Brasil-Argentina, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 1-16, 2018.

MÉXICO. *Constituição (1917)*. *Constituição Nacional nº 3, de 1917*. *Constitución Política de Los Estados Unidos Mexicanos*. Ciudad de México, CDMX, 5 fev. 1917.

MÉXICO. Consejo Nacional de Evaluación de la Política de Desarrollo Social (CONEVAL). (org.). *Dimensión Econômica*. Disponível em: <https://coneval.maps.arcgis.com/apps/dashboards/415647f438bd4af2a834ecf8bf9aed50>. Acesso em: 14 jun. 2021.

MÉXICO. Instituto Nacional de los Pueblos Indígenas (INPI). *P'urhépechas: etnografía*. Disponível em: <http://atlas.inpi.gob.mx/purhepecha-etnografia/>. Acesso em: 27 abr. 2021.

MÉXICO. Instituto Nacional de los Pueblos Indígenas (INPI). Comisión Nacional para el Desarrollo de los Pueblos Indígenas. Atlas de los Pueblos Indígenas de México: Pueblo Purepecha. México: [s. n.], 20-. 1 mapa. Sem escala. Disponível em: <http://atlas.inpi.gob.mx/purhepecha-ubicacion/#>. Acesso em: 5 mar. 2021.

MÉXICO. Sala Superior del Tribunal Electoral del Poder Judicial de la Federación. N° 9167. Juicio Para La Protección de Los Derechos Político electorales del Ciudadano. Distrito Federal, 2 fev. 2011.

MÉXICO. Secretariado Ejecutivo del Sistema Nacional de Seguridad Pública. Secretaría de Gobernación. Incidencia Delictiva del Fuero Común. Cidade do México: Gobierno de México, 20--. Disponível em: <https://www.gob.mx/sesnsp/acciones-y-programas/incidencia-delictiva-del-fuero-comun?idiom=es>. Acesso em: 01 mar. 2021.

MICHOACÁN. Instituto Electoral de Michoacán. Acordo n° CG-38/2011. Consejo General. Acuerdo del Consejo General del Instituto Electoral de Michoacán por el que se da respuesta a la petición de la comunidad indígena de Cherán para celebrar elecciones bajo sus usos y costumbres. Morelia, Mich., 09 sep. 2011.

MICHOACÁN. Instituto Electoral de Michoacán. Acordo n° CG-14/2012. Consejo General. Acuerdo del Consejo General del Instituto Electoral de Michoacán, por el que se resuelve sobre la elección celebrada en el Municipio de Cherán, Michoacán el 22 de enero de 2012, bajo sus normas, procedimientos y prácticas tradicionales Morelia, Mich., 25 jan. 2012.

MICHOACÁN. Instituto Electoral de Michoacán (IEM). (org.). Cumplimiento a la Sentencia. Revista Expressiones, Morelia, v. 15, n. 2, p. 113-180, abr. 2012.

MICHOACÁN. Instituto Electoral de Michoacán (IEM). ¿Qué es el IEM? 2018. Disponível em: <https://iem.org.mx/index.php/home/acerca-del-iem/que-es-el-iem>. Acesso em: 02 jun. 2021.

ORTEGA, Víctor Manuel Santillán. El ejercicio del poder desde la resistencia indígena: Cherán, Michoacán 2011-2014. 2014. 224 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Sociais, Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, Cidade do México, 2014. Cap. 3.

RUIZ, Héctor Gabriel. CHERÁN K'ÉRI: la defensa del territorio y el gobierno comunitario en tiempos del estado cooptado. 2015. 258 f. Tese (Doutorado) - Curso de Antropología Social, Centro de Investigaciones y Estudios Superiores En Antropología Social, Oaxaca, 2015.

SANTOS, Fábio Luis Barbosa dos. México e o progressismo tardio na fronteira imperial. In: SANTOS, Fábio Luis Barbosa dos. Uma História da onda progressista sul-americana (1998-2016). São Paulo: Elefante, 2018. Cap. 12. p. 563-602.

SCHAVELZON, Salvador. Guardianes de la Selva: autonomía indígena y conflicto territorial en la amazonia. Trabalho apresentado no Congresso da Associação de Estudos Latino-Americanos (LASA), 2020.

VALDÉS, Guillermo Castellanos. Historia del narcotráfico en México. Ciudad de México: Aguilar, 2013. p. 74-377.

VELÁZQUEZ, Jaime Rivera. Crimen organizado y autodefensas en México: el caso de Michoacán. Perspectivas, Bogotá, jun. 2014, p. 3-19.

ZIBECHI, Raúl. Contrapoder y autodefensa en América Latina: los pueblos en defensa de la vida y el territorio. 2018. Disponível em: <https://cronicon.net/wp/contrapoder-y-autodefensa-en-america-latina-los-pueblos-en-defensa-de-la-vida-y-el-territorio/>. Acesso em: 22 fev. 2021.